

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RONDONIA
Campus Colorado do Oeste

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, Pessoa Jurídica de Direito Público vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ 10.817.343/0004-40, com sede na BR 435 antiga Rodovia 399, km 05, Zona Rural, Colorado do Oeste RO –CEP 76993-000, doravante denominado CONTRATANTE, declara que a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob número 03.591.509/0001-44, estabelecida na C-12 AE 02 Sala 323 3º andar – Ed. Conjunto Nacional – Taguatinga Centro – Brasília/DF, prestou serviços para esta instituição, tendo como responsáveis técnicos, o **Sr. MARCOS ALEX SÁ SERENO – Engenheiro Mecânico e Engenheiro Segurança do Trabalho – CREA nº 7.779/D-DF**, o **Sr. CARLOS FERNANDO DA SILVA GADELHA – Engenheiro Civil – CREA 4946/D-DF** e a **Sr.ª MAGNA DA SILVA SÁ GAVA – Engenheira Eletricista – CREA 23808/D-DF**, tendo sido responsáveis pela prestação de serviços abaixo relacionados:

PREGÃO 43/2016

PROCESSO Nº 23243.007383/2016-65

Valor Contratado: R\$ 1.386.942,74 (um milhão trezentos e oitenta e seis mil novecentos e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para Administração de mão-de-obra para prestação de serviço continuado enquadrado-se nos pressupostos do decreto nº 2.271, de 1997, caracterizando-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, para o campus de Colorado do Oeste.

Período de Execução: 04/05/2017 à 04/05/2018.

Vigência do Contrato: 12 (Doze) meses

1º termo aditivo – vigência 21/05/2018 à 21/05/2018 – R\$ 1.484.416,90 (um milhão quatrocentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e dezesseis reais e noventa centavos).

2º termo aditivo - vigência 21/05/2018 à 21/05/2018 – R\$ 1.570.683,10 (um milhão quinhentos e setenta mil seiscentos e oitenta e três reais e dez centavos).

Endereço do Serviço:

BR 435 km 63 s/n (antiga RO 399, km 05) ou na linha nova 1 km 9,5, Zona Rural, ambos no Município de Colorado do Oeste/RO CEP 76.993-000.

[Assinaturas manuscritas]



DA ÁREA TOTAL

A área total de 27.308,24 m².

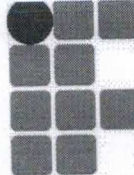
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (Jornada de Trabalho 44 horas semanas):

São consideradas atividades básicas na execução dos serviços de (oficial de manutenção predial), entre outros inerentes ao cargo, constantes na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho (Código 5143-25) a execução:

Foi verificado, diariamente, e corrigido, quando necessário:

- a) vazamento nas torneiras, registros, chuveiros, pias, bebedouros, bacias sanitárias, etc.;
- b) entupimento das bacias, acessórios, vasos, ralos, caixas coletoras, sumidouros etc.;
- c) trincas em tubulação;
- d) pressão e vazão de água nas loucas sanitárias e bebedouros;
- e) estado geral de loucas, ferragens, etc.;
- f) regulagem dos dispositivos de acionamento das válvulas (bóias, descarga);
- g) contato das chaves magnéticas das bombas de recalque e das bóias de níveis superior e inferior;
- h) as bombas hidráulicas;
- i) vazamento nos registros e barriletes (rede);
- j) ruídos e vibrações anormais em equipamentos;
- k) parafusos de fixação;
- l) as peças, tubulações e conexões hidráulicas;
- m) verificado a caixa de registro de água na entrada do prédio, mantendo-a sempre estanque e limpa;
- n) verificado o nível da água nas caixas d'água, comunicando previamente a Administração a necessidade de reposição;
- o) era comunicado e/ou foi corrigido, quando possível, imediatamente, a Administração a ocorrência de quaisquer defeitos identificado e/ou visualizado;
- p) realizado pequenas soldas com utilização de eletrodos ou com soldas estanho.
- q) execução de outros serviços de natureza semelhante, tais como pinturas, soldas, montagem e transporte de móveis, ferramentas e utensílios e auxiliar a limpeza de condicionadores de ar até a potência de 30.000 btu's, etc.
- r) abertura e fechamento de valas, para realização de manutenção de rede de água, esgoto e rede elétrica subterrânea.
- s) medição de corrente elétrica de baixa tensão para acionamento de equipamentos elétricos;
- t) Auxílio do servidor do Campus na verificação de câmaras frias, freezers, geladeira e balcão ilhas:



Portas e portões de acessos comuns, externos e internos:

- a) verificado os acessos comuns internos e externos, efetuando a necessária manutenção. Relatar os casos em que haja a necessidade de substituição de peças (molas, roldanas) e de serviços de serralharia.
- b) verificado o funcionamento de molas de piso e pivôs, e efetuar a devida regulagem;
- c) verificado o alinhamento e o fechamento das portas e dos portões, e realizar reparos se necessários;
- d) foi verificado o estado das fechaduras, dos fechos e ferrolhos;
- e) foi verificado o estado dos elementos de sinalização (faixas adesivas, pinturas e luminárias);
- f) foi verificado o estado das roldanas e lubrificá-las;
- g) foi verificado o estado dos puxadores, e sua fixação;
- h) verificação dos controles de acionamento e eventual troca de pilhas;
- i) realizaram serviço de substituição de portas e/ou dobradiças, bem como, fechaduras, quando necessário.

Estrutura:

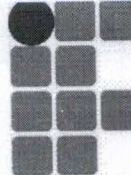
- a) foi verificado o estado de conservação da estrutura predial: fachadas, acabamento interno e externo, aspectos gerais de pintura, piso, tampas de vedação das caixas do sistema hidro sanitário, elétrico e de telefonia, vazamentos, infiltrações, etc.
- b) foi promovido reparos de menor complexidade de pintura, reboco/alvenaria, carpintaria, marcenaria, hidráulica, entre outros;
- c) pintou e manteve sempre as marcações de estacionamento sempre visíveis.
- d) foi executado os reparos de menor complexidade no mobiliário institucional (mesas, cadeiras, gaveteiros, etc.).
- e) instalou canaletas, caixa de sobre pôr e embutidas em alvenaria, ou afins.

Cobertura (telhado):

- a) verificado o estado geral da cobertura da área sob sua responsabilidade;
- b) correção vazamentos de menor complexidade;

Da eletricidade, foram realizados:

- a) troca de lâmpadas, reatores, interruptores, chaves magnéticas, reles, disjuntores.
- b) instalação e/ou retirada do circuito elétrico motores.
- c) medição de corrente elétrica e tensão.
- d) identificação e a comunicação de defeitos elétricos.
- e) instalação de bóias elétricas na caixa d'água.



AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

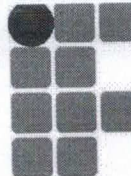
São consideradas atribuições básicas do auxiliar de serviços gerais, entre outras inerentes ao cargo:

- a) Sempre portavam a identificação individual (identidade) e estavam com a identificação funcional (crachá) em local visível;
- b) apresentaram-se ao trabalho devidamente uniformizado, obedecendo às regras mínimas de higiene e asseio pessoal, onde apresentavam-se sempre limpos, barbeados (se for o caso), com cabelos aparados ou presos, sapatos limpos e engraxados, uniforme passado e ajustado;
- c) comportaram-se com ética, polidez, calma, ser discreto (a), reservado (a);
- d) trabalho em equipe.
- e) checagem imediata de todas as orientações recebidas e em vigor para os demais integrantes do corpo de serviços terceirizados;
- g) evitaram danos, desperdícios e perdas de materiais;
- h) relacionaram e enviaram ao fiscal do contrato a relação de faltas e necessidades de insumos, utensílios, produtos e materiais, tempestivamente;
- i) observaram a disciplina e horário de trabalho;
- j) trataram com urbanidade as pessoas, oferecendo cordialidade, por ocasião do atendimento ao público em geral;
- k) manterem-se no posto de serviço sem dele se afastar, a não ser com autorização do fiscal do contrato;
- l) cumpriram todas as determinações emanadas do fiscal do contrato;
- m) cumpriram as normas internas do IFRO e do serviço público federal;
- n) Utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

JARDINAGEM

São consideradas atividades básicas na execução dos serviços de manutenção, conservação e limpeza de jardins e áreas verdes (jardinagem), entre outros inerentes ao cargo, constantes na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho

- a) coletaram, selecionar e beneficiar material propagativo, tais como sementes, estacas, brotos, rizomas, entre outros;
- b) produziram mudas preparadas por sementes e por processos vegetativos em geral;
- c) prepararam substratos para mudas, canteiros e leitos de semeadura e enraizamento;
- d) repicaram, transplantaram, deslocaram, podaram, desbotaram e tutoraram mudas;
- e) capinaram, implantar, manter e reformar jardins e gramados;
- f) detectaram e comunicaram problemas no desenvolvimento das plantas, jardins e gramados;
- g) manusearam ferramentas e equipamentos de jardinagem e produção de mudas;
- h) implantaram e mantiveram os gramados;
- i) zelaram pela limpeza do jardim coletando lixo e papéis;
- j) efetuaram periodicamente o corte de grama e roçadas nas áreas solicitadas.
- k) Cuidar da conservação das folhagens;



- l) podaram constantemente as árvores e arbustos;
- m) quando necessário, efetuaram adubação orgânica ou química;
- n) realizaram calagem com calcário dolomítico ou similar;
- o) controlaram pragas e doenças, inclusive plantas parasitárias, nas plantas, jardins e gramados;
- p) efetuaram controle fitossanitário das áreas ajardinadas;
- q) roçaram ou removeram mato que venha a crescer ao redor das árvores e jardins e dar destinação adequada às aparas produzidas;
- r) era aguçado periodicamente as plantas e jardins;
- s) ajudaram no serviço interno, quando necessário;
- t) sempre teve iniciativa e contribuir para o bom funcionamento da unidade em que estiver desempenhando as suas tarefas;
- u) usaram equipamentos de proteção individual (EPI).
- v) auxiliavam no transporte, carga e descarga de vasos, mudas e equipamentos móveis.

Relação mínima das execuções de atividades básicas diariamente:

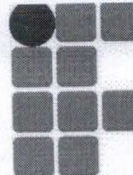
- a) Na estação da seca, regavam os jardins, os canteiros, os jarros e as jardineiras dos prédios pela manhã e pela tarde;
- b) Verificação da existência de plantas parasitárias;
- c) verificação a existência de formigas, cupins e demais insetos que possam danificar o desenvolvimento das plantas;
- d) Verificação a existência de ervas daninhas nos jardins, canteiros jarros e jardineiras, erradicando-as e procedendo à limpeza dos mesmos para mantê-los em bom estado de conservação;
- e) verificaram detidamente a folhagem para controle de pragas e doenças;
- f) retiravam papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;
- g) colocavam os jarros de dentro para fora do prédio para que as plantas que ali se encontrem recebam luz solar no período da manhã;
- h) executavam demais serviços necessários à frequência diária;
- i) lavavam pratos que ficam sob os vasos de mesa, trocando a água;
- j) limpavam e guardar todo o material utilizado nos serviços;

Semanalmente:

- a) verificavam a necessidade de poda das plantas;
- b) Procuravam, na parte externa, próxima às calçadas, a existência de crescimento de capim ou outras gramíneas indesejáveis que possam servir de esconderijo para cobras, ratos e outros pequenos animais. Caso encontre, executar os serviços de capina dessas áreas;
- c) retiravam folhas e galhos secos;
- d) executavam outras tarefas consideradas necessárias à rotina semanal.

Mensalmente:

- a) podavam/cortavam a grama com aplicação de produtos adequados para manutenção do jardim, bem como das plantas e árvores nativas;



- b) faziam adubações orgânica das plantas e substituição de plantas mortas;
- c) lubrificavam ferramentas;
- d) outros serviços que faziam parte da rotina.

Estas atividades não excluía e nem restringiam outras que pudessem ser expedidas, oportunamente, a critério da administração.

Auxiliar de Serviços Rurais- Trabalhador Rural Agropecuário e de Apoio à Agricultura Operário Rural - (44 horas semanais).

São consideradas atividades básicas na execução dos serviços para auxiliar a realização de atividades rotineiras das atividades rurais (Auxiliar de Serviço Rural – Trabalhador Rural Agropecuário e de Apoio à Agricultura – Operário Rural), entre outros inerentes ao cargo, constantes na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho.

- a) capinou, abriu valas, quebraram pedras, varreram e/ou rastelaram logradouros;
- b) zelaram pela conservação dos logradouros e indicaram os reparos a serem feitos, quando for o caso;
- c) carregaram, descarregaram, empilharam e transportaram materiais e equipamentos de pequeno e médio porte e peso;
- d) plantavam, regavam, adubavam, podavam e realizavam a aplicação de agrotóxico, obedecendo aos preceitos de segurança nos trabalhos definidos por Lei;
- e) cuidavam de hortas;
- f) cuidavam de animais de propriedade e/ou que estavam sob a responsabilidade do Campus;
- g) de acordo com instruções e/ou treinamentos repassados pelos responsáveis pelo setor em que estiver desempenhando a atividade;
- h) auxiliavam no nivelamento de superfícies, preparo de argamassas, assentamento de tijolos, pisos, ladrilhos etc.;
- i) executavam consertos simples e básico de qualquer natureza relacionados à manutenção da instituição (elétrica, mecânica, hidráulica, solda, lubrificação, alvenaria e substituição de peças e acessórios);
- j) zelavam pela limpeza das dependências dos diversos locais de trabalho;
- k) eram responsáveis por equipamentos, materiais, máquinas, equipamentos, instrumentos e ferramentas sob sua responsabilidade direta ou indireta;
- l) tinham iniciativa e contribuía para o bom funcionamento da unidade em que estiver desempenhando as suas tarefas.
- m) realizavam ordenha de animais quer seja mecânica ou manual e em horários e métodos pré-estabelecidos pelos responsáveis pelo setor em que estiver atuando, obedecendo ao turno de trabalho, sendo esses métodos e sistemas passivos de alteração de acordo com os interesses da CONTRATANTE e sob critérios e horários dos responsáveis pelo setor em que estiver atuando, desde que dentro do turno de trabalho definido no contrato e em caso de necessidade, oferecerá a CONTRATANTE treinamento a respeito das particularidades inerentes a sua realidade de execução desta tarefa de ORDENHA.



n) comunicavam-se aos responsáveis pelo setor em que estiver atuando, quaisquer irregularidades nas dependências, transtornos da ordem, bem como comportamentos estranhos dos animais que necessitem de investigação por parte de profissional habilitados para que se proceda a diagnóstico tempestivo de enfermidades.

o) comunicavam aos responsáveis pelo setor em que estiver atuando sinais de cio nos animais do rebanho, de acordo com instruções a serem repassadas por profissional do quadro de servidores da CONTRATANTE habilitado em reprodução animal.

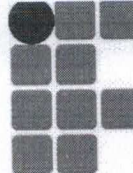
Estas atividades não excluem e nem restringem outras que podem ser expedidas, oportunamente, a critério da Administração.

COPEIRO

São consideradas atividades básicas na execução dos serviços de copeiragem (copeiro), entre outros inerentes ao cargo, constantes na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho.

- a) manuseavam e preparavam bebidas e alimentos;
- b) efetuavam o preparo de bandejas, pratos e mesas;
- c) serviam e distribuíam alimentos;
- d) mantinham os utensílios de copa devidamente organizados, guardados, limpos e higienizados, com a esterilização das xícaras, copos, talheres, pratos, panelas, potes e demais utensílios de copa e cozinha, toda vez que eram utilizados;
- e) mantinham o ambiente da copa sempre limpo, higienizado e organizado;
- f) evitavam danos, desperdícios e perdas de materiais;
- g) zelavam pelo devido armazenamento e conservação dos alimentos;
- h) realizavam limpeza dos equipamentos que compõe a copa, tais como: geladeira, fogão, micro-ondas, armários e todos os demais usados no dia-a-dia;
- i) relacionavam e enviavam ao fiscal do contrato a relação de faltas e necessidades de insumos, utensílios, produtos e material de limpeza, tempestivamente;
- j) realizavam outras atividades pertinentes ao serviço de copa;
- k) observavam a disciplina e horário de trabalho;
- l) tratavam com urbanidade as pessoas, oferecendo cordialidade, por ocasião do atendimento ao público em geral;
- m) executavam o recolhimento de xícaras, copos, garrafas térmicas, jarras e demais utensílios, durante o expediente;
- n) zelar pela conservação dos equipamentos que compõe a copa;
- o) comunicavam o fiscal do contrato, todo e qualquer defeito que porventura venha a surgir nos equipamentos que compõe a copa;
- p) estava presente ao local de trabalho, no horário determinado, comunicando ao fiscal do contrato sempre que necessitar ausentar-se, por qualquer motivo;

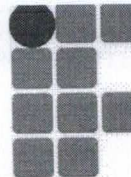
Estas atividades não excluem e nem restringem outras que podem ser expedidas, oportunamente, a critério da Administração do Câmpus.



**AUXILIAR DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO
(AUXILIAR DE COZINHA) ESCALA DE REVEZAMENTO 12/36H.**

São consideradas atividades básicas na execução dos serviços de auxílio a outros profissionais da área do pré-preparo, preparo, processamento de alimentos e montagem de pratos (Auxiliar de Serviço de Alimentação – Auxiliar de Cozinha), entre outros inerentes ao cargo, constantes na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho (Código 5135-05) a execução diária de:

- a) a preparação dos alimentos: Descongelavam, limpavam e temperavam alimentos; marinavam peixes, aves, carnes e hortifrutigranjeiros; descascavam alimentos; escolhia grãos e cereais; preparavam molhos, caldos; recheavam alimentos; preparavam caldas, recheios e coberturas; pré-cozinhavam e cozinhavam alimentos; branqueavam hortifrutigranjeiros; modelavam massas; pré-assavam alimentos; resfriavam e congelavam alimentos;
- b) auxiliavam na montagem de pratos: propor elaboração de novas receitas; colocavam alimentos no espeto; aqueciam alimentos pré-preparados; dispor guarnição nos pratos; dispor molhos/caldos nos pratos; decoravam pratos; transportavam alimentos, utensílios e materiais; montavam vitrine; controlavam temperatura dos alimentos (termômetro); abasteciam alimentos preparados no Buffet (quentes/frios/sobremesas); abasteciam temperos e molhos no Buffet; abasteciam bebidas no Buffet; abasteciam utensílios no Buffet;
- c) processavam alimentos: cortavam e picavam alimentos; desossavam carnes e aves; fatiavam alimentos; serravam alimentos; moíam ingredientes; triturar alimentos;
- d) montavam praça ("mise-en-place"): verificando pedidos, comandas ou cardápio; selecionavam gêneros alimentícios e/ou ingredientes; verificavam disponibilidade de gêneros alimentícios e/ou ingredientes; solicitavam gêneros alimentícios e/ou ingredientes; pegavam alimentos no estoque ou câmara; auxiliavam no controle de estoque de uso diário; consultavam ficha técnica; etiquetavam gêneros alimentícios e/ou ingredientes; embalavam gêneros alimentícios e/ou ingredientes; auxiliavam na adaptação de pedidos, cardápios ou comandas; dispor gêneros alimentícios e/ou ingredientes; porcionavam gêneros alimentícios e/ou ingredientes; conferiam requisição de gêneros alimentícios e/ou ingredientes recebidos; auxiliavam no cálculo de quantidades;
- e) verificavam qualidade dos gêneros alimentícios: verificavam prazo de validade; verificavam aspectos organolépticos (cheiro, aspecto, cor, textura e sabor); degustavam alimentos; coletavam amostras para análise; resfriavam amostras para análise; congelavam amostras para análise; acondicionavam amostras para análise; descartavam amostras; avaliavam qualidade e rendimento do alimento;
- f) preparavam local de trabalho: preparavam local de trabalho; verificavam estado de conservação do local de trabalho; higienizavam e limpavam o local de trabalho; limpavam e higienizavam utensílios e equipamentos, inclusive pratos; verificavam funcionamento de equipamentos; controlavam temperatura dos equipamentos; selecionavam equipamentos e utensílios; verificavam estado de conservação de utensílios; afiavam instrumentos de corte (facas, máquina de frios, processador, etc.); controlavam temperatura do ambiente;



operavam equipamentos; lavavam e higienizavam todos os utensílios, ferramentas e equipamentos antes do término da jornada de trabalho.

- g) organizavam trabalho: conferiam materiais e utensílios; notificavam quebra ou dano de equipamentos/utensílios; guardavam materiais e utensílios; solicitavam reposição de utensílios; elaboravam relatórios; registravam produção; pesavam sobras (resto-ingesta ou limpo); controlavam desperdícios; notificavam ocorrências (incidentes, acidentes, etc.).
- h) da limpeza: limpava e higienizava, piso da cozinha de acordo com a determinação da coordenação de alimentação e nutrição e/ou nutricionista do câmpus.

Semanalmente:

- a) limpavam geladeiras e freezers;
- b) higienizavam teto e paredes da cozinha;
- c) esvaziavam e higienizava caixas de gordura internas a cozinha;

Mensalmente:

- a) limpavam e higienizava portas, janelas, telas, luminárias e interruptores;

Eventualmente:

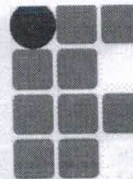
- a) preparavam lanches para confraternizações, reuniões ou quando solicitado pela Administração;

Estas atividades não excluem e nem restringem outras que podem ser expedidas, oportunamente, a critério da Coordenação de Alimentos e Administração.

COZINHEIRO

São consideradas atividades básicas diárias na execução dos serviços de organização e supervisão de cozinha (cozinheiro), planejamento de cardápios, elaboração do pré-preparo e a finalização de alimentos, entre outros inerentes ao cargo, constantes na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho a execução de:

- a) preparavam alimentos: Temperavam alimentos de acordo com métodos de cocção; controlavam tempo e métodos de cocção; aqueciam alimentos pré-preparados; avaliavam sabor, aroma, cor e textura dos alimentos; finalizavam molhos quentes e frios.
- b) Finalizavam alimentos: Montavam alimentos de acordo com apresentação definida; decoravam pratos de acordo com apresentação definida; encaminhavam alimentos prontos para o local apropriado; coletavam amostras de alimentos prontos em conformidade com a legislação.
- c) pré-preparava alimentos: Descongelavam alimentos; higienizavam alimentos; limpavam carnes, aves, pescados e vegetais; desossavam carnes, aves e pescados; porcionavam alimentos; marinavam carnes, aves, pescados e vegetais; elaboravam massas; elaboravam caldos, fundos e molhos básicos; pré-cozinhavam alimentos.

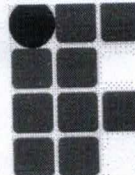


- d) Planejavam rotinas de trabalho: Colaboravam na criação do cardápio; planejavam cardápios; listavam ingredientes de acordo com o plano de produção e capacidade de armazenamento; quantificavam ingredientes; requisitavam materiais; especificavam alimentos; otimizavam uso dos equipamentos; solicitavam manutenção de equipamentos; identificavam necessidade de novos equipamentos; assessoravam compras de equipamentos e utensílios; testavam receitas; planejar rotina de limpeza; planejavam estocagem.
- e) Iniciavam atividades na cozinha: Usavam uniforme; distribuir tarefas entre ajudantes e auxiliares; organizavam utensílios de trabalho; higienizavam equipamentos, utensílios e bancada; verificavam funcionamento dos equipamentos; definiam horários de execução e término de tarefas de acordo com prioridades; observavam padrão de qualidade dos alimentos; organizavam ingredientes conforme a produção.
- f) Procediam à estocagem e conservação de alimentos: Verificavam as condições de alimentos para reaproveitamento; controlavam temperatura de alimentos; etiquetavam alimentos; acondicionavam alimentos para congelamento; armazenavam alimentos de acordo com as normas de higiene; controlavam armazenamento de alimentos.
- g) Orientação e supervisão: orientavam e supervisionavam os auxiliares nas atividades de pré-preparo, preparo e cocção dos gêneros; de carnes e vegetais; fiscalizavam e supervisionavam limpeza e a conservação das instalações, equipamentos e utensílios utilizados pelo setor, conforme determinação
- h) Comunicavam-se: Informavam necessidades de matérias primas; conheciam linguagem técnica; comunicavam-se com a equipe; interpretavam manuais de procedimentos; comunicavam-se com o superior hierárquico; interpretavam receitas.

Estas atividades não excluem e nem restringem outras que podem ser expedidas, oportunamente, a critério da nutricionista e/ou da coordenação de alimentos e nutrição do Câmpus.

DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO CONTRATADO

Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quant. total
01	Posto de Manutenção Conservação e Reparos Prediais – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Oficial de Manutenção Predial. CÓDIGO 339037-04	Mês	24
02	Posto de Auxiliar de Serviço Geral Predial – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional. CÓDIGO 339037-01	Mês	12
03	Posto de Jardinagem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Jardineiro. CÓDIGO 339037-01	Mês	12
04	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral	Mês	72



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RONDONIA
Campus Colorado do Oeste

Atestamos ainda que a referida empresa, vem cumprindo de forma satisfatória com todas as suas obrigações nos prazos estipulados, dentro do melhor padrão de eficiência e qualidade esperados, demonstrando possuir CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL, GERENCIAL E ADMINISTRATIVA, não havendo, até a presente data, nada que desabone a idoneidade e capacidade técnica dessa empresa.

Brasília, 02 de janeiro de 2019.

Celi Divino
Coordenação de Gestão de Contratos
Portaria Nº 441/2016
IFRO - Campus Colorado do Oeste

Celi Divino
Cargo: Gestor do Contrato
IFRO

Carlos Fernando da Silva Gadelha
Engenheiro Civil
CREA 4946/D-DF

Marcos Alex Sá Sereno
Engenheiro Mecânico e Eng.º Segurança do trabalho
CREA 7.779/D-DF

Magna da Silva Sá Gava
Engenheira Eletricista
CREA 23808/D-DF



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RONDÔNIA
Campus Colorado do Oeste



PROCESSO: 23243.007383/2016-65
PREGÃO 43/2016

**CONTRATO Nº 07/2017 CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA TERCEIRIZADA SERVIÇOS
DE MÃO DE OBRA PARA, COM
EMPREGO DE MATERIAIS, QUE, ENTRE
SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL
DE RONDÔNIA CAMPUS DE
COLORADO DO OESTE E A EMPRESA
DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E
REPRESENTAÇÕES LTDA**

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, Pessoa Jurídica de Direito Público vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ 10.817.343/0004-40, com sede na BR 435, antiga Rodovia 399, km 05, Zona Rural, Colorado do Oeste RO –CEP 76993-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado sua Diretora Geral Professora **LARISSA FERRAZ BEDÔR JARDIM**, inscrita no CPF nº695. 857.764-72 portadora da Carteira de Identidade nº 4315823 SSP/PE, e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita CNPJ nº 03.591.509/0001-44, inscrição estadual 07.406.007/001-71 estabelecida na C-12, AE 02, 3º Andar, sala 323 ED. Conjunto Nacional, antigo cine Lara, Taguatinga Centro, Brasília DF, CEP 72.010-120, fone 61 3336 1982, 3336 4150 e-mail contato@dlfengenharia.com doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, Senhor **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.779/D-DF Expedido por CREA-DF e do CPF nº 253.758.063-04, endereço C-12 AE 02 Sala 323 3º andar – ED. Conjunto Nacional, CEP 72010-120 Cidade de Brasília DF. Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº23243.007383/2016-65 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Lei 123/2006, Decreto 7.746/2012, Decreto 5.450/2005, Decreto 6.204/2007, Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009, Decreto 8.538 de 6 de outubro de 2015 e legislação correlata pertinente a matéria pelas cláusulas e condições seguintes:

01. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para Administração de mão-de-obra para prestação de serviço continuado para o campus de Colorado do Oeste, conforme a tabela a seguir.



1.2- A unidade de medida utilizada para esse processo é posto. Sendo o valor unitário mensal, o valor do posto correspondente ao período de 01 (um) mês.

Fórmula: $P=M$, onde (P) corresponde a posto de trabalho e (M) corresponde a mês(es). Ex. Fórmula para contratar 01 (um) posto por 01 (um) ano: $P(x)=12M$.


Contratar 05 (cinco) postos por 01 (um) ano: $5P(x) = 60M$.

LOTE 01 – CAMPUS COLORADO DO OESTE / RONDÔNIA/ DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO CONTRATADO

Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quant. total	Valor Unitário mensal	V. Total Anual
01	Posto de Manutenção Conservação e Reparos Prediais – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Oficial de Manutenção Predial . CÓDIGO 339037-04	Mês	24	R\$ 5.018,92	R\$ 120.454,09
02	Posto de Auxiliar de Serviço Geral Predial – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional. CÓDIGO 339037-01	Mês	12	R\$ 3.529,74	R\$ 42.356,93
03	Posto de Jardinagem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Jardineiro. CÓDIGO 339037-01	Mês	12	R\$ 3.951,01	R\$ 47.412,13
04	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira	Mês	72	R\$ 3.516,57	R\$ 253.193,39

	a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01				
05	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6231-15), possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01	Mês	24	R\$ 7.053,02	R\$ 169.272,55
06	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. Cobertura nos seguintes meses e horários: Meses Julho/ Dezembro/ Janeiro. <ul style="list-style-type: none"> • Terças-feiras: das 13:00h as 17:00h • quartas-feiras a domingo: das 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00h <p>Todos os 03 (três) feriados destes meses serão cobertos por esses postos.</p> <p>CÓDIGO 339037-01</p>	Mês	09	R\$ 3.574,99	R\$ 32.174,93
07	Posto de Copeiragem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional	Mês	12	R\$ 3.238,63	R\$ 38.863,55

[Assinatura]

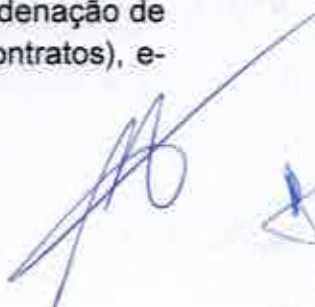


	Copeiro. CÓDIGO 339037-05				
08	Posto de Auxiliar Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	72	R\$ 6.715,99	R\$ 483.551,13
09	Posto de Auxiliar de Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) contendo 01 (um) profissional que trabalhará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. CÓDIGO 339037-05	Mês	24	R\$ 3.349,65	R\$ 80.391,62
10	Posto de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais de cozinha por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	12	R\$ 9.939,37	R\$ 119.272,42
				R\$ 1.386.942,73	

1.2 São partes integrantes deste Contrato, independente de sua transcrição, o Termo de Referência e a proposta da Contratada.

02. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1- Os serviços deverão ser realizados no seguinte endereço: BR 435 km 63 s/n (antiga RO 399, km 05) ou na linha nova 1 km 9,5, Zona Rural, ambos no Município de Colorado do Oeste/RO CEP 76.993-000, telefone (69) 9-9981 9127 e (69) 3341-7605 (Diretoria de Planejamento e Administração), (69) 3341-7608 (Coordenação de Compras e Licitação) e (69) 3341 7636 (Coordenação de Gestão de Contratos), e-mail: campuscolorado@ifro.edu.br.



2.2- A prestação dos serviços deverá ser iniciada na data especificada na Ordem de Serviço ou documento equivalente, que deverá ser de pelo menos 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação (prazo mínimo para início da prestação devido à mobilização), podendo ser prorrogado a critério da unidade contratante, desde que requerido pela Contratada, por escrito, antes do seu término.

2.2.1- A execução do Contrato deverá atender fielmente o disposto nos Art. 31 a 35 da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008 e suas alterações.

2.2.2- A fiscalização da Administração não permitirá a execução de tarefas em desacordo com as preestabelecidas e nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da Administração.

2.2.3- A prestação dos serviços será em jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, durante o horário determinado pela contratante e também em escala de revezamento (plantão) de 12/36 (doze por trinta e seis) horas, conforme determinado para o posto de trabalho e descrito neste termo de referência.

2.3- Os serviços serão prestados por profissionais pertencentes ao quadro funcional da Contratada, que deverá observar os quantitativos e distribuição de postos de acordo com sua localidade, conforme contratado.

2.3.1- Os serviços poderão vir a ser executados em outros imóveis que venham a ser ocupados pela unidade contratante, respeitando a cidade/localidade em que a empresa foi sagrada vencedora.

2.3.2- Nos casos de execução dos serviços fora das dependências da unidade contratante, a Contratada será comunicada oficialmente pela Administração, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

2.4- A programação dos serviços será feita periodicamente pela Administração e deverão ser cumpridos, pela Contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir a adequada prestação dos serviços.

2.4.1- Os horários de trabalho dos empregados da Contratada disponibilizados para prestação dos serviços poderão sofrer alterações de acordo com as necessidades da Administração, que deverá comunicar a alteração à Contratada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam tomadas as providências devidas. As alterações correrão sem prejuízo do horário normal de atividade dos empregados da Contratada e isso não implicará qualquer custo adicional para a Administração.

2.4.2- A fiscalização poderá efetuar a redistribuição dos postos de trabalho ou, ainda, alteração do horário do funcionamento desses, de acordo com o interesse da Administração.

2.4.3- Se for necessário, e a critério do Contratante, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicado previamente à Contratada podendo, nesse caso, haver

compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista no Acordo/Convenção coletiva da categoria envolvida.



2.5- Segundo disposto na IN SLTI/MPOG nº 02/2008, o salário, bem como os demais benefícios, deverá ser definido de acordo com a utilização de um dos seguintes critérios:

- a) Sentença normativa ou lei, Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho;

2.6- A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios e Convenções Coletivas que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

2.6.1- A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.7- Os pisos salariais dos profissionais colocados à disposição do Contratante, para a prestação dos serviços objeto deste Instrumento, quando fixados com base em Convenção Coletiva de Trabalho, deverão utilizar como parâmetro aquelas registradas no Ministério do Trabalho e Emprego e em vigor (Número de Registro no MTE – RO000091/2016), firmadas entre os seguintes Sindicatos:

2.7.1- Patronal: Sindicato das empresas de asseio, conservação, limpeza pública e locação de mão de obra do Estado de Rondônia (SEAC/RO); e

2.7.2- Laboral: Sindicato dos trabalhadores nas empresas de terceirização em geral e prestação de serviços do Estado de Rondônia (SINTELPES/RO).

2.8-As especificações dos serviços, além das constantes no Termo de referência, serão detalhadas por meio de rotinas de execução e conduta de serviço, porém não serão desconsideradas as constantes da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, mantida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, bem como as demais normas internas do IFRO, existentes e futuras, que podem ou poderão complementar e detalhar os Manuais de rotina de toda a Instituição, apresentando, assim, uma sequência de ações que se interligam e se completam.

2.9- Mensalmente, após a conclusão da prestação de serviços, a Contratada deverá encaminhar a Nota Fiscal correspondente e, no recebimento dos mesmos, será observada pelo IFRO se os serviços prestados estão de acordo com as especificações solicitadas no processo de contratação. A prestação de serviços e o material necessário fornecido, que estiver fora das especificações indicadas implicarão na recusa por parte do IFRO, que solicitará reparação e/ou substituição.

3 CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1 - Os serviços, objeto deste contrato deverão iniciar-se até 05 (cinco) dias úteis subsequentes a ordem de serviço ou assinatura do termo de contrato.



3.2- O prazo de vigência do termo do contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir do início da execução da ordem de serviço, contratado como serviço continuado para todos os postos:

3.2.1- Os postos de trabalho de operário rural temporário serão executados no período de 03 (três) meses, tendo como regra os meses de julho, dezembro e janeiro.

3.3- O termo de contrato poderá ser prorrogado, no interesse da Administração, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente quando:

3.3.1- Os serviços forem prestados otimamente ao longo da vigência do contrato;

3.3.2- A Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;

3.3.3- O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração e;

3.3.4- A CONTRATADA concorde expressamente com a prorrogação.

4 CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1- Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

4.2- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.3- Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

4.4- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.5- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

4.6- Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

4.7- Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

4.8- Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

4.9- As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços do exercício sazonal:

4.9.1- relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

4.9.2- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

4.9.3- exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

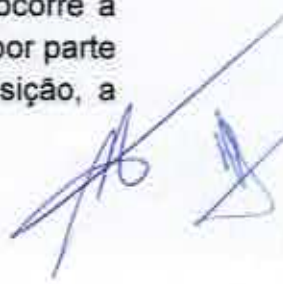
4.9.4- Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

4.10- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.11- Substituir, no prazo de 03 (três horas), em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

4.12- Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

4.13- Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade (Município de Colorado do Oeste) em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a



contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.



4.14- Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.14.1- Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

4.15- Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas §1º, do art. 19-A, da referida norma.

4.16- Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

4.17- Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

4.18- Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

4.19- Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

4.20- Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

4.21- Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:



- 4.21.1- viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 4.21.2- viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 4.21.3- oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 4.22- Deter instalações, aparelhamento e pessoais técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;
- 4.23- Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;
- 4.24- Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 4.25- Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;
- 4.26- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 4.27- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial;
- 4.27.1 - Regularidade com a receita federal;
- 4.27.2 - Regularidade com a previdência social;
- 4.27.3 - Regularidade com o fundo de garantia de tempo de serviço;
- 4.27.4 - Regularidade com os débitos trabalhistas;
- 4.27.5 - Regularidade com a receita estadual;
- 4.27.6 - Regularidade com a receita municipal;
- 4.27.7 - Balanço Patrimonial exigível e apresentado da forma da Lei, devidamente certificado pelas autoridades competentes;
- 4.27.8 - Caso a empresa não mantenha as condições acima estipuladas, a administração dará prazo de 05 dias úteis para a regularização, prorrogado por igual período, e caso a empresa não habilite novamente todas as exigências solicitadas

no edital, isto configurar-se-á inexecução total do pacto assumido, possibilitando a administração a suspender a empresa de contratar ou licitar com a administração do IFRO e rescindir o contrato vigente.

4.28- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.29- Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.30- Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

4.30.1- Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

4.31- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.32- Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 01 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração Contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: 1º) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou 2º) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 35, parágrafo único da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008.

4.33- Prestar garantia de execução contratual, nos termos da Minuta de Contrato.

4.34. Pagar os salários dos empregados, até o 5ª (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, independentemente de ter a CONTRATADA recebido da CONTRATANTE nota(s) fiscal(is) de serviços prestados, e apresentando a folha de pagamento com o comprovante dos depósitos dos trabalhadores da empresa CONTRATADA, via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do IFRO;

4.34.1- Os dias úteis a considerar, é o do local da prestação do serviço, ou seja, o município sede da CONTRATANTE.

4.34.1.1 – Considera-se dia útil, todos os dias com expediente, exceto sábado, domingos e feriados.

4.35. Responder por todo e qualquer dano que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, por atos praticados por seus prepostos, empregados ou mandatários, durante a execução dos serviços estipulados neste Termo de Referência, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

4.36. A contratada fica obrigada a apresentação do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e o PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional).

4.37. Durante a vigência do contrato, observado o princípio da continuidade do serviço, é inconcebível a CONTRATADA, suspender o serviço contratado, não efetuar o pagamento aos seus empregados que estão prestando serviço para a Contratante, alegando atraso no pagamento de fatura protocolada na unidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia- Campus Colorado do Oeste, num prazo inferior a 90 (noventa dias).

4.38. Não contratar para a prestação de serviço, servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 05 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão;

4.38.1 Fica vedada a contratação não só de servidor do IFRO, como também de seus parentes até o 3º grau;

4.38.2. A vedação que trata estes tópicos alcança todos os parentes de servidores deste órgão, independente do local, uma vez que o IFRO é um conjunto composto de 09(nove) de unidades que formam uma única autarquia, portanto, a vedação alcança toda e qualquer unidade do IFRO.

4.38.3. Neste contexto a CONTRATADA, deverá solicitar de seus funcionários a apresentação de declaração acerca da existência de vínculo matrimonial ou de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, com qualquer servidor do Instituto Federal de Rondônia, vedando a contratação em caso de existência de parentesco.

5 CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.1.1. Neste sentido apesar de a contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução do objeto contratado, fica o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, reservado do direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da contratada exercer a mais ampla e completa fiscalização sob o objeto contratado, cabendo-lhe:



5.1.1.1. Cumprir e fazer cumprir as disposições e condições avençadas no edital e seus anexos, contrato e proposta da empresa.

5.1.1.2. Acompanhar o ateste das notas fiscais / faturas.

5.1.1.3. Apurar eventuais faltas da Contratada que possam gerar aplicação de sanções prevista neste termo de referência e no contrato.

5.1.1.4. Ordenar a retirada imediata e substituição de empregado da contratada, que estiver em desacordo com o especificado no edital, em especial que esteja sem uniforme ou que embarçar ou dificultar sua fiscalização.

5.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade ou ao setor competente para as providências cabíveis;

5.2.1. O acompanhamento consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços e dos recursos necessários para o mesmo, assegurando assim o perfeito cumprimento do Contrato.

5.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

5.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no edital da licitação e seus anexos;

5.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada;

5.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

5.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e copeiragem;

5.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;

5.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e



5.6.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

5.7. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para execução dos serviços;

5.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;

5.9. Notificar incontinenti, à CONTRATADA, qualquer violação ou tentativa de violação, por parte de terceiros, dos direitos de propriedade da CONTRATADA, sobre os equipamentos disponibilizados para os serviços;

5.10. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes da utilização dos equipamentos de propriedade da CONTRATADA, causados por servidor do IFRR, resultante do não cumprimento de qualquer cláusula ou condição deste Contrato, desde que devidamente comprovados;

5.11. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais;

5.12. Disponibilizar instalações sanitárias;

5.13. Promover a alocação inicial dos postos de trabalho e devidos ajustes;

5.14. Fornecer crachá de acesso às dependências da CONTRATANTE, classificadas como de ACESSO RESTRITO, que será de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;

5.15 Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.

5.16. Nomear fiscal do Contrato que desenvolverá as funções pertinentes ao cargo em especial:

a) Emitir ordem de execução de serviço, a partir da data de assinatura do contrato, para ciência da contratada do início dos serviços;

b) Exigir as obrigações inerentes do objeto contratado, que deverão ser prontamente atendidas pela contratada e sem ônus para a autarquia.

c) Fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada. Referente aos empregados alocados na execução do contrato, para isso deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da IN 02 de 30/04/2008 da SLTI, no que couber e sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias de acordo com as especificações do objeto, inclusive solicitar as carteiras profissionais dos empregados alocados para prestação de serviço contratado.

d) Verificar a adequada prestação de serviço que estão sendo realizados, devendo os mesmos serem realizados com base nos critérios previstos neste termo de referência, em especial aqueles relativos aos índices e produtividade.



e) Verificar se houve um sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade dos serviços, emitindo um comunicado a autoridade responsável, para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites legais(§1º do artigo 65 da Lei 8.666/93).

5.17. A administração deverá no início do contrato, caso tenha condições operacionais, ou poderá, a qualquer momento, optar por depositar, mensalmente em CONTA VINCULADA ESPECÍFICA que será aberta em nome da contratada, junto a instituição bancária oficial e bloqueada para movimentação, na qual serão feitas as provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas, os valores provisionais para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores envolvidos na execução do contrato, em consonância com disposto no artigo 19-A, c/c a prescrição constante do anexo VII, ambos da instrução normativa SLTI/MPOG n.º 02/2008 (alterada pela IN 03/2009 da SLTI/MPOG), os quais somente serão liberados para pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores.

5.17.1. A movimentação da CONTA VINCULADA ESPECÍFICA será efetivada mediante autorização do IFRO Campus contratante, exclusivamente para pagamento das obrigações trabalhistas, podendo a Contratada solicitar a autorização para utilizar os valores da conta vinculada para pagamento de eventuais indenizações trabalhistas, devendo apresentar documentações comprobatórias da ocorrência das obrigações.

5.17.1.1. No caso do tópico anterior o IFRO expedirá, após confirmação da ocorrência e dos cálculos, a autorização para movimentação para a instituição financeira oficial no prazo de 05 dias úteis, ficando a Contratada obrigada a apresentar ao IFRO no prazo máximo de 03 (três) dias corridos o comprovante de transferência bancária porventura realizada para a quitação das obrigações trabalhistas.

5.17.2. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado a contratada, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados após comprovação de quitação de todos os encargos trabalhistas previdenciários relativos aos serviços contratados.

5.17.3. O IFRO, de acordo com o inciso IV, do art.19-a da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02/2008, poderá efetivar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados vinculados ao contrato, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6 CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1- O acompanhamento e a fiscalização/gestão da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.



6.1.1- A fiscalização/gestão dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo.

6.2- O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.3- As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização/gestão dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.

6.4- A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.5- A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

6.6 - O fiscal/gestor ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.7- A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.8- O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.9- Na fiscalização/gestão do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no §5º do art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.

6.10 - O fiscal/gestor do contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos: a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante; c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;



6.10.1- Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

6.10.2- Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

6.10.3- Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal/gestor do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização/gestão.

6.11- O fiscal/gestor do contrato poderá solicitar ao preposto os documentos comprobatórios da realização do pagamento de vale-transporte e auxílio alimentação em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência pela fiscalização/gestão.

6.11.1- Tal solicitação será realizada periodicamente, inclusive por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

6.12- O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.13- O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.14- A fiscalização/gestão de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.15- Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a contratada deverá entregar no prazo de 20 (vinte) dias a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador: a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.



6.16- Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUSTENTABILIDADE

7.1- Deverão ser observados na contratação dos serviços os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010, no que couber, neste processo principalmente no que se refere ao Capítulo III da Instrução Normativa citada e o decreto 2.783 de 17/09/1998 e demais exigências detalhadas no edital referente a esta normativa, em especial:

7.2- Nos termos do anexo V da instrução normativa SLTI/MPOG n.º, de 30/04/2008, atualizada, e a IN SLTI/MPOG n.º 1 de 19/01/2010, a CONTRATADA deverá tomar as seguintes providências:

7.2.1. O IFRO obriga a empresa contratada a implantar na execução dos serviços boas práticas ambientais, devendo as especificações dos insumos necessários para a execução dos serviços, atender as normas ambientais vigente, principalmente no que tange ao uso de produtos biodegradáveis.

7.3- Deverão ser adotadas pela CONTRATADA, todas as normas federais, estaduais e municipais quanto aos critérios de preservação ambiental, além das orientações das entidades públicas que versem sobre as matérias, dentre as quais as seguintes:

a) utilizar produtos e objetos constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, Conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b) que sejam observados critérios ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização, e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

c) que os produtos utilizados na prestação de serviços devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com menor volume possível, que utilize material recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

d) que os produtos utilizados na prestação de serviços não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

f) respeitar as normas brasileiras _NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, conforme a lei n.º 12.305/2010.

g) prever destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA n.º 257 de 30/06/1999.



h) adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição tais como:

1- racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes.
2- substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

3- racionalização/economia no consumo de energia elétrica.

i) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes sempre que possível (água de chuva, poço, cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

j) encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vistas que os mesmos abandonados ou disposto inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde publica. Esta obrigação atende a Resolução CONAMA n.º 258 de 26/08/1999.

8 CLÁUSULA OITAVA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1- Os recursos para a contratação do serviço objeto do presente termo de referência estão previstos no orçamento do exercício de 2017, Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 108894, Fonte 0112000000 e Natureza de Despesa (ND) 339039, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados.

8.2 Nota de empenho 2017NE800210

9 CLÁUSULA NONA- DA GARANTIA

9.1 Como condição para assinar o Contrato, a empresa ganhadora deverá apresentar garantia, com validade desde o início da vigência do prazo contratual até 03 (três) meses após o término da vigência, no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do Contrato, nos termos do Art. 56 da Lei 8.666/1993, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no Contrato.

9.2 A licitante vencedora deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente até a data máxima estipulada para assinatura do Contrato sob pena de serem-lhe imputadas penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.

9.3 Será considerada extinta a garantia:

9.3.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

9.3.2. No prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

9.4 O IFRO não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

9.4.1. Caso fortuito ou força maior;

9.4.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;



- 9.4.3. Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- 9.4.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
- 9.5. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas "c" e "d" do item anterior.
- 9.6 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

10- CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 10.1.1. Apresentação de documentação falsa;
 - 10.1.2. Retardamento da execução do objeto;
 - 10.1.3. Falhar na execução do contrato;
 - 10.1.4. Fraudar na execução do contrato;
 - 10.1.5. Comportamento inidôneo;
 - 10.1.6. Declaração falsa;
 - 10.1.7. Fraude fiscal.
 - 10.1.8. Não iniciar a prestação de serviço na data determinada pela "Ordem de Execução de Serviço"
 - 10.1.9. Não manter durante o prazo de validade do contrato todas as documentações de habilitações exigidas no edital.
- 10.2. Para os fins do item 10.1.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos art. 92, parágrafo único, art. 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.
- 10.3. Para condutas descritas nos itens (10.1.1), (10.1.4), (10.1.5), (10.1.6) e (10.1.7) será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 10.4. Para os fins dos itens (10.1.2) e (10.1.3), será aplicada multa nas seguintes condições:
- a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços, até no máximo de 5% (cinco por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b) até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato ou de descumprimento de obrigação contratual;
 - c) 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato;
 - d) conforme graus e condutas dispostas nas tabelas 1 e 2 abaixo:

10.5. Para os fins do item 11.1.8, será aplicada:

a) Multa de:

a.1) 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato;

b) rescisão contratual:

b.1) sem prejuízos das demais penalidades cabíveis.

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,20% do valor mensal do contrato
02	0,40% do valor mensal do contrato
03	0,80% do valor mensal do contrato
04	1,00% do valor mensal do contrato
05	1,50% do valor mensal do contrato
06	4,10% do valor mensal do contrato

Tabela 2

Item	Descrição	Grau	Incidência
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	06	Por ocorrência
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	06	Por dia e por unidade de atendimento
03	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;	05	Por ocorrência
04	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	05	Por ocorrência
05	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados;	04	Por ocorrência
06	Manter em estoque insumos e materiais fora das especificações previstas neste Termo de Referência;	04	Por item e por dia
07	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE;	04	Por empregado e por dia
08	Executar serviço incompleto, paliativo, substituto como de caráter permanente ou deixar de	03	Por ocorrência



	providenciar recomposição complementar;		
09	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material;	03	Por ocorrência
10	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	03	Por ocorrência
11	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO;	03	Por ocorrência
12	Diluir os produtos insumos e materiais que já vêm prontos para consumo. No caso de produtos concentrados, diluir em proporção diferente da indicada pelo fabricante;	02	Por item e por dia
13	Permitir a presença de empregado não uniformizado, com uniforme em mal estado e/ou sem crachá;	02	Por empregado e por ocorrência
14	Entregar com atraso algum dos documentos exigidos nos item "10" deste Termo de Referência;	02	Por ocorrência e por dia
15	Entrega incompleta de algum dos documentos exigidos nos item "10" deste Termo de Referência;	02	Por ocorrência e por dia
16	Entregar com atraso esclarecimentos formais solicitados para sanar inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida em algum dos itens deste Termo de Referência;	02	Por ocorrência e por dia
17	Retirar do IFRO quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previsto em contrato, sem autorização prévia do responsável;	01	Por item e por ocorrência

Para os itens a seguir, deixar de:

18	Providenciar a manutenção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade de sistema predial;	06	Por ocorrência
19	Entregar o Laudo Pericial sobre incidência ou não de periculosidade e/ou insalubridade quando solicitado pela Contratada num prazo de 90 dias.	06	Por ocorrência por mês.
20	Entregar os salários, vales-transportes e/ou vales-refeições nas datas avençadas;	05	Por ocorrência e por dia
21	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;	05	Por ocorrência e por dia

22	Colocar à disposição da CONTRATANTE os equipamentos, relacionados neste Termo de Referência, em perfeitas condições de uso;	04	Por item e por dia
23	Apresentar notas fiscais discriminando preço e quantidade de todos os insumos e materiais utilizados mensalmente e relação contendo os referidos produtos, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso etc.), até o 5º dias útil do mês subsequente.	03	Por ocorrência
24	Prestar manutenção aos equipamentos, e de zelar pelas instalações utilizadas do IFRO;	03	Por item e por dia
25	Substituir os equipamentos que apresentarem rendimento insatisfatório ou baixa qualidade nos serviços executados em até dois dias úteis;	03	Por item e por dia
26	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos em até dois dias úteis;	03	Por item e por dia
27	Cumprir quaisquer dos itens do Edital, do Termo de Referência ou do Contrato não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador;	03	Por item e por ocorrência
28	Manter em estoque os insumos e materiais discriminados neste Termo de Referência, para consumo diário;	02	Por item e por dia
29	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do fiscalizador;	02	Por ocorrência
30	Efetuar a reposição de funcionários faltosos;	02	Por funcionário e por dia.
31	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los;	02	Por empregado e por ocorrência
32	Fornecer uniformes para seus empregados nas especificações e periodicidade indicada neste Termo de Referência;	02	Por funcionário e por dia
33	Cumprir quaisquer dos itens do Edital, do Termo de Referência ou do Contrato não previstos nesta tabela de multas;	02	Por item e por ocorrência
34	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO;	02	Por ocorrência
35	Entregar uniformes aos funcionários;	02	Por ocorrência e por dia
36	Creditar os salários diretamente em conta bancária dos empregados;	02	Por ocorrência e por dia
37	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou incompatível;	01	Por ocorrência e por dia

38	Registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal;	01	Por funcionário e por dia
39	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente;	01	Por funcionário e por dia
40	Manter a documentação de habilitação atualizada;	01	Por item e por ocorrência
41	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários;	01	Por ocorrência
42	Comunicar o sindicato das classes num prazo de 30 (trinta dias), com a finalidade de regulamentação do trajeto considerado como horas "in tinere", quando enquadrado na legislação vigente ou provocado pela administração.	01	Por ocorrência por mês

10.6. A inexecução parcial ou total do contrato será configurada, entre outras, na ocorrência de pelo menos uma das seguintes situações a cada ano:

FALTAS DE GRAU	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES	
	INEXECUÇÃO PARCIAL	INEXECUÇÃO TOTAL
01	07 (sete) ou mais infrações detectadas	12 (doze) ou mais infrações detectadas
02	06(seis) ou mais infrações detectadas	11 (onze) ou mais infrações detectadas
03	05 (cinco) ou mais infrações detectadas	10 (dez) ou mais infrações detectadas
04	04 (quatro) ou mais infrações detectadas	07 (sete) ou mais infrações detectadas
05	03(três) ou mais infrações detectadas.	05 (cinco) ou mais infrações detectadas
06	02 (duas) ou mais infrações detectadas	03 (três) ou mais infrações detectadas

10.7. O valor da multa:

10.7.1 poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

10.7.2. Se o valor a ser pago ao CONTRATADO não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

10.7.3 Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, por meio de pagamento de GRU (Guia de Recolhimento da União).

10.7.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.





10.8. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE a fim de recompor o valor inicial.

10.9. As sanções a serem aplicadas e estabelecidas neste termo são de competência da autoridade máxima do Campus.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-DA REPACTUAÇÃO

11.1. A repactuação de preços como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais as proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997.

11.2. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no subitem 25.1, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

11.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

11.4. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

11.5. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

11.6. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

11.6.1. da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

11.6.2. da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

11.7. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação.



11.8. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

11.9. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

11.10. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

11.10.1. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

11.10.2. As particularidades do contrato em vigência;

11.10.3. A nova planilha com variação dos custos apresentada;

11.10.4. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

11.10.5. A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade Contratante.

11.11. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

11.12. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

11.13. O prazo referido no subitem 25.11 ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Colorado do Oeste IFRO para a comprovação da variação dos custos.

11.13.1. O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

11.14. As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

11.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

11.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

11.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

11.15.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

11.15.4. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

11.16. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.17. Os reajustes dos itens da planilha de custos e formação de preços envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordos ou convenções coletivas de trabalho ou de Lei específica) e materiais serão efetuados tomando-se por base a variação do IPCA/IBGE referente ao período de 12 (doze) meses a contar da data limite para apresentação da proposta, para efeito financeiro no período contratual seguinte, sem incidência de retroatividade.

11.18. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Colorado do Oeste IFRO não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.19. A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666/1993.

11.20. Serão eliminados, nas eventuais prorrogações, os custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

12.1- O custo anual estimado da presente contratação é de R\$ 1.386.942,74 (um milhão trezentos e oitenta e seis mil novecentos e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos)

12.1.1 Será pago mensalmente a quantia de R\$112.897,31 (cento e doze mil oitocentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos). Esse valor é referente aos itens 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08 09 e 10 do objeto contratado.

12.2 Além do valor pago no item 12.1.1, será pago referente aos meses de recesso escolar (julho/dezembro e janeiro) o valor mensal de R\$ 10.724,97 (dez mil setecentos e vinte e quatro reais e noventa e sete centavos), conforme estabelecido no item 06 do objeto.

12.3- Considerando o efetivo limitado na prestação dos serviços nas unidades acima, bem como a atenção ao Princípio da Economicidade, as atribuições de preposto (segundo art. 68 da Lei 8.666/93) recairão sobre um dos integrantes da equipe de trabalho.



13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

13.1- Até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a Contratada, deverá encaminhar Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado no mês anterior, para fins de liquidação e pagamento.

13.2- O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias (se apresentada dentro do exercício financeiro corrente), contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

13.3- O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados.

13.3.1- O "atesto" poderá ser condicionado, a critério da CONTRATANTE, à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, devidamente acompanhada das alíneas "13.3.1.3" a "13.3.1.12", saber:

13.3.1.1- Nota Fiscal com discriminação dos serviços executados, a qual será conferida pelo servidor especialmente designado;

13.3.1.2- A Nota Fiscal deverá indicar, OBRIGATORIAMENTE, o número do Contrato, período a que se refere à prestação de serviço, dados bancários para a emissão da respectiva Ordem Bancária de Crédito.

13.3.1.3- Folha de pagamento analítica correspondentes ao mês da última Nota Fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, em que conste como tomador o Contratante, de acordo com o disposto no artigo 31, § 5.º da Lei 8.212/91 (parágrafo incluído pela Lei n.º 9.711/98);

13.3.1.4- Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função que prestaram serviços no mês da última Nota Fiscal ou fatura vencida;

13.3.1.5- Cópia dos contracheques assinados pelos empregados e respectivos comprovantes de depósitos bancários, correspondentes ao mês da última Nota Fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual;

13.3.1.6- Cópias das folhas de ponto dos empregados por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado (Súmula 338/TST).

13.3.1.7- Comprovante de depósitos ou realização dos créditos em contas-salário ou similares (por meio de extratos ou relatórios fornecidos pela instituição bancária) dos valores correspondentes à remuneração líquida devida a cada um dos empregados que exerceram atividades no mês de prestação dos serviços, constantes na folha de pagamento referida na alínea anterior;



13.3.1.8- Comprovantes de pagamento dos vales-transportes e vales ou auxílios-alimentação devidos no mês de prestação de serviços, de acordo com a legislação vigente e/ou acordo, convenção ou dissídio coletivos de trabalho aos quais estejam submetidas às diversas categorias profissionais a que pertencerem os empregados da CONTRATADA;

13.3.1.9- Prova de Recolhimento do FGTS, acompanhada de: 1) cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP); 2) cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet e; 3) cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);

13.3.1.10- Prova de Recolhimento das contribuições ao INSS, por meio de: 1) cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP); 2) cópia do Comprovante de Declaração à Previdência; 3) cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet e; 4) cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);

13.3.1.11- Comprovante do pagamento das verbas rescisórias devidas ao(s) empregado(s) cujo(s) contrato(s) de trabalho(s) porventura tenha(m) sido rescindido(s) durante o mês de prestação dos serviços, acompanhados de documentação admissional e rescisória completa.

13.3.1.12- Demais solicitações referentes à prestação de serviço, obrigações patronais.

13.3.2- O "atesto" da primeira nota fiscal fica condicionado à verificação da seguinte documentação, além da descrita no subitem anterior, devidamente conferida:

a) Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.

b) Cópia autenticada da CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada (folhas de dados pessoais e assinatura contrato trabalho).

c) Cópia autenticada dos Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

13.3.3- A Contratada não terá direito ao pagamento, e este não será efetuado em hipótese alguma, enquanto não forem apresentados todos os documentos elencados no subitem 13.3.1 e 13.3.2 (primeira nota fiscal apresentada).



13.3.4- Relativamente ao último mês de vigência do contrato original ou, se for o caso, da derradeira prorrogação, o pagamento respectivo somente será efetuado se, além dos comprovantes e documentos relacionados no subitem 14.3.1, a Contratada apresentará a comprovação da efetiva quitação das verbas rescisórias de cada empregado, devidamente homologadas pelo Sindicato da categoria profissional ou pela autoridade do Ministério do Trabalho, ou, então, da manutenção do vínculo empregatício mediante aproveitamento em outros setores da organização ou na execução de serviços prestados pela empresa a outros tomadores.

13.3.5- Se a documentação referida no subitem 13.3.1 e 13.3.4 contiver erros ou carecer de elementos suficientes à verificação de regularidade quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, sociais e trabalhistas, será devolvida, e o prazo para pagamento reiniciará sua contagem a partir da data de apresentação da nova documentação emitida corretamente.

13.3.6- Sem prejuízo de outras retenções previstas na legislação, o Contratante reterá onze por cento do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolherá a importância retida, no prazo legal, em nome da empresa cedente da mão-de-obra, conforme determinação contida no artigo 31 da Lei 8.212/91.

13.3.7- Se, antes do pagamento mensal, for constatada situação de irregularidade da Contratada junto ao SICAF, será a mesma advertida, por escrito, no sentido de que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação junto ao referido sistema de cadastramento ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato.

13.3.8- O prazo apontado no subitem anterior poderá ser prorrogado, a critério da Contratante, em decisão fundamentada a ser juntada aos autos do processo.

13.3.9- Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, ou se a execução dos serviços estiver em desacordo com as condições previstas no contrato.

13.3.10- A critério da Contratante poderão ser deduzidos do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada. Na hipótese de inexistência ou insuficiência de GARANTIA, a dedução também poderá ocorrer quando o valor da multa ou indenização esteja sendo contestado pela devedora, ficando o valor correspondente retido até decisão final da autoridade competente.

13.3.11- Caso a Contratante seja demandado judicialmente por empregado e/ou ex-empregado da Contratada e o Contratante seja arrolado na ação como responsável solidário e/ou subsidiário, a Contratante deverá reter administrativamente o valor objeto da demanda e requerer o depósito judicial para garantir a perfeita execução da ação.

13.3.12- Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, o pagamento dos valores em débito será realizado em juízo, sem prejuízo das sanções cabíveis.



13.3.12.1- Alternativamente, a Administração poderá descontar da fatura e pagar diretamente aos trabalhadores alocados na execução do contrato os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas a eles devidos, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o artigo 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, e autorização expressa a ser concedida pela Contratada no momento da assinatura do Contrato.

13.3.13- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.4- Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.4.1- não produziu os resultados acordados;

13.4.2- deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

13.4.3- deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

13.5- Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta online ao SICAF e, se necessário, aos sites oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

13.6- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

13.6.1- Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

13.7- O pagamento à Contratada será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicados.

13.8- Para fins de garantia dos direitos dos trabalhadores, será provisionado, em conta vinculada, os valores referentes ao pagamento do 13.º (décimo terceiro) salário; férias e um terço constitucional de férias; multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e encargos sobre férias e 13.º (décimo terceiro) salário.

13.9- Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no subitem anterior, retidos por meio da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.



13.10- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA CONTA VINCULADA

14.1-Os valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, serão provisionados e depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas §1º, do art. 19-A, da referida norma.

14.1.1- O montante dos depósitos da conta-depósito será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

14.1.1.1- 13º (décimo terceiro) salário, no percentual de 8,33%;

14.1.1.2- Férias e um terço constitucional de férias, no percentual de 12,10%;

14.1.1.3- Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa, no percentual de 5%; e

14.1.1.4- Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário, nos percentuais de 7,39%, 7,60% ou 7,82%, que incidirão sobre o somatório da incidência dos percentuais mencionados nos subitens anteriores sobre a remuneração, em conformidade com o grau de risco de acidente de trabalho e as alíquotas de contribuição previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 1991 (Item 12 do Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 02/2008).



- 14.1.2- O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 14.1.3- Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 14.1.4- Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 14.1.5- A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 14.1.5.1- Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 14.1.5.2- A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 14.1.5.3- A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 14.1.6- O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- 14.2- Os valores referentes ao pagamento do 13.º (décimo terceiro) salário; férias e um terço constitucional de férias; multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e encargos sobre férias e 13.º (décimo terceiro) salário serão destacados do valor mensal a título de provisionamento e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme o artigo 19-A, inciso I, e Anexo VII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, e autorização expressa a ser concedida pela Contratada no momento da assinatura do Contrato.
- 14.3- O Contratante deverá firmar Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira, cuja minuta se constituirá anexo do Edital, o qual determinará os termos para a abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação e as condições de sua movimentação.

14.3.1- O Termo de Cooperação Técnica poderá ser ajustado às peculiaridades dos serviços, objeto do Contrato Administrativo, e/ou aos procedimentos internos da Instituição Financeira, nos termos do ANEXO VII da IN 02/2008, atualizada.

14.4- Após a abertura da conta vinculada, a Contratada deverá entregar o comprovante de abertura, com os dados da conta.

14.5- A conta vinculada será movimentada pela Contratada mediante autorização do Contratante, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações, nas seguintes condições:

a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13.º salários, quando devidos;

b) parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;

c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13.º salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;

d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

14.6- A Contratada poderá solicitar a autorização do Contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados alocados na execução do contrato, ocorridas durante sua vigência.

14.6.1- Nessa hipótese, a Contratada deverá apresentar ao Contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

14.6.2- Após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o Contratante expedirá autorização para a movimentação, exclusivamente para fins de transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos, encaminhando-a à instituição financeira no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios.

14.7- Após cada pagamento realizado com os recursos da conta vinculada, a Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de três dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

14.8- O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação firmado entre o Contratante e a instituição bancária, desde que obtenha maior rentabilidade.

14.9- No momento do encerramento do contrato, o saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a execução completa do contrato e a comprovação, por parte da empresa, da plena quitação de todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários a ele relativos.



14.10- Os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS serão retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica, e conforme o artigo 19-A, inciso II, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, e autorização expressa a ser concedida pela Contratada no momento da assinatura do Contrato.

14.10.1- Para efetivação do depósito acima, a Contratada deverá fornecer todos os documentos necessários, como a GFIP, Comprovante da transmissão (Conectividade) e a Relação dos Empregados constantes da GFIP.

14.11- Caso a Administração constate a inviabilidade técnica-operacional para atendimento das orientações contidas neste item, deverá justificar a sua não aplicação, juntando todos os documentos comprobatórios.

14.12- Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.13- A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

14.14- Possíveis cobranças de tarifa bancária para operacionalização da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, serão debitadas dos valores depositados.

14.15- Vincula-se ao item Conta Vinculada as orientações emanadas da IN 02/2008, atualizada, em especial seu Anexo VII.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1- Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

16.1. Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA os equipamentos de proteção individual (EPI's), essenciais à integridade física do trabalhador, não sendo permitida sua ausência execução dos serviços, sob pena da contratada sanções determinadas neste termo de referência.

16.2. Os EPI's deverão ser efetivamente utilizados, quando as situações necessitem de sua utilização, ficando a CONTRATADA responsável pela orientação da correta utilização dos equipamentos e o fiscal do contrato de cobrar a utilização e o fornecimento dos mesmos;

16.3. Todo e qualquer empregado que se recuse a utilizar os EPI's nos serviços objetos deste termo de referência, nas condições do item anterior, deverá ser

substituído no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo considerada sua ausência como inconveniente, imprudente e perigosa;



16.4. O quantitativo de EPI's a serem utilizados deverá ser determinado pela contratada, tomando-se como base o número de empregados necessários à perfeita execução dos serviços, a produtividade de referência, a vida útil do equipamento envolvido e o especificado neste termo de referência.

16.5. Os EPI's deverão ser substituídos, sem ônus para o IFRO, sempre que necessário seja por desgaste natural ou defeito, que impossibilite sua perfeita utilização. Ou por extravio, ficando a CONTRATADA responsável pela guarda dos mesmos.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. A publicação resumida do Contrato será providenciada pela Contratante, na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da cidade de Vilhena do Estado de Rondônia.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Colorado do Oeste-RO, 27 de abril de 2017

Contratante: **INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA-RO**
Representada pela Diretora Geral: **LARISSA FERRAZ BEDÔR JARDIM**
CPF nº 895.857.764-72

Contratada: **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**
Representada pelo Sócio Diretor: **MARCOS ALEX SÁ SERENO**
CPF 253.758.063-04

TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo nº 23243.007383/2016-65

Unidade Gestora: 158341

**QUARTO TERMO
DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº
07/2017 QUE ENRE SI CELEBRAM O
INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE COLORADO DO OESTE E A
EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E
REPRESENTAÇÕES LTDA.**

O **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ 10.817.343/0004-40, com sede na BR 435, antiga Rodovia 399, km 05, Zona Rural, Colorado do Oeste RO –CEP 76993-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Reitor **UBERLANDO TIBURTINO LEITE**, inscrito no CPF nº 931.384.744-20 portador da Carteira de Identidade nº MG14889969 SSP/MG, e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita CNPJ nº 03.591.509/0001-44, inscrição estadual 07.406.007/001-71 estabelecida na C-12, AE 02, 3º Andar, sala 323 ED. Conjunto Nacional, antigo cine Lara, Taguatinga Centro, Brasília DF, CEP 72.010-120, fone 61 3336 1982, 3336 4150 e-mail contato@dlfengenharia.com e dlfengenharia.documentacao@gmail.com, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, Senhor **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.779/D-DF Expedido por CREA-DF e do CPF nº 253.758.063-04, endereço C-12 AE 02 Sala 323 3º andar – ED. Conjunto Nacional, CEP 72010-120 Cidade de Brasília DF. Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 23243.007383/2016-65 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Lei 123/2006, Decreto 7.746/2012, Decreto 5.450/2005, Decreto 6.204/2007, [Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009](#), Decreto 8.538 de 6 de outubro de 2015 e legislação correlata pertinente a matéria pelas cláusulas e condições seguintes.

CONSIDERANDO a aprovação do Termo de Apostilamento pela autoridade competente Despacho 126 SEI 0887226 e Encaminhamento Contadoria SEI 0886673, que em análise às planilhas SEI 0875834 e 0886349.

CONSIDERANDO que o apostilamento é oriundo da revisão contratual solicitada pela Administração por causa da licitação superveniente ao Termo Aditivo 05/2020 que denotou uma proposta mais vantajosa contida na licitação conjunta Pregão Eletrônico nº 01/2020 (SRP), sendo assim, faz-se necessário o seu apostilamento, conforme segue:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a revisão do contrato que ajustou as planilhas de composição de preços da Contratada;

1.2 O início da aplicação deste apostilamento é a data de 07/04/2020 e término é a data de validade do contrato, ou seja, 20/05/2021.

2 - CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O valor total do contrato passa a ser de R\$ 1.573.122,65 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil cento e vinte e dois reais e sessenta e cinco centavos), distribuídos conforme a tabela abaixo.

2.2 O valor mensal, em regra, será de R\$ 128.187,56 (cento e vinte e oito mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

LOTE 01 – CAMPUS COLORADO DO OESTE / RONDÔNIA/ DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO CONTRATADO

Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quant. total	Valor Unitário mensal	V. Total Anual
01	Posto de Manutenção Conservação e Reparos Prediais – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Oficial de Manutenção Predial . CÓDIGO 339037-04	Mês	24	R\$ 6.400,69	R\$ 153.616,56
02	Posto de Auxiliar de Serviço Geral Predial – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional. CÓDIGO 339037-01	Mês	12	R\$ 4.124,89	R\$ 49.498,71
03	Posto de Jardinagem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Jardineiro. CÓDIGO 339037-01	Mês	12	R\$ 4.601,35	R\$ 55.216,24
04	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01	Mês	72	R\$ 4.082,14	R\$ 293.913,81
05	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6231-15), possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01	Mês	24	R\$ 7.855,41	R\$ 188.529,84
06	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. Cobertura nos seguintes meses e horários: Meses Julho/ Dezembro/ Janeiro. <ul style="list-style-type: none"> • Terças-feiras: das 13:00h as 17:00h • quartas-feiras a domingo: das 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00h Todos os 03 (três) feriados destes meses serão cobertos por esses postos. CÓDIGO 339037-01	Mês	09	R\$ 3.874,66	R\$ 34.871,94
08	Posto de Auxiliar Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	72	R\$ 7.235,43	R\$ 520.950,96
09	Posto de Auxiliar de Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) contendo 01 (um) profissional que trabalhará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. CÓDIGO 339037-05	Mês	36	R\$ 3.892,05	R\$ 140.113,80
10	Posto de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais de cozinha por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	12	R\$ 11.367,56	R\$ 136.410,76
TOTAL				R\$ 1.573.122,65	

3- CLÁUSULA TERCEIRA - PARÁGRAFO ÚNICO - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos para a contratação do serviço objeto do presente termo de referência estão previstos no orçamento do exercício de 2020, Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 171068, Fonte 8100000000 e Natureza de Despesa 339037.

3.2 Sub elementos da despesa distribuídos conforme descritos na tabela: itens 01 e 02 Sub elemento 04; itens 03, 04, 05 e 06 Sub elemento 01; itens 08, 09 e 10 Sub elemento 05.

6- CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

6.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato ora aditado, não conflitantes com este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo, o presente Termo Apostilamento é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, Usuário Externo, em 14/04/2020, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0893552** e o código CRC **CBCE6E64**.

TERMO ADITIVO

Processo nº 23243.007383/2016-65

Unidade Gestora: 158341

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS DE COLORADO DO OESTE E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, Pessoa Jurídica de Direito Público vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ 10.817.343/0004-40, com sede na BR 435, antiga Rodovia 399, km 05, Zona Rural, Colorado do Oeste RO –CEP 76993-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Reitor **UBERLANDO TIBURTINO LEITE**, inscrito no CPF nº 931.384.744-20 portador da Carteira de Identidade nº MG14889969 SSP/MG, e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita CNPJ nº 03.591.509/0001-44, inscrição estadual 07.406.007/001-71 estabelecida na C-12, AE 02, 3º Andar, sala 323 ED. Conjunto Nacional, antigo cine Lara, Taguatinga Centro, Brasília DF, CEP 72.010-120, fone 61 3336 1982, 3336 4150 e-mail contato@dlfengenharia.com e dlfengenharia.documentacao@gmail.com, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, Senhor **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.779/D-DF Expedido por CREA-DF e do CPF nº 253.758.063-04, endereço C-12 AE 02 Sala 323 3º andar – ED. Conjunto Nacional, CEP 72010-120 Cidade de Brasília DF. Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº23243.007383/2016-65 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Lei 123/2006, Decreto 7.746/2012, Decreto 5.450/2005, Decreto 6.204/2007, [Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009](#), Decreto 8.538 de 6 de outubro de 2015 e legislação correlata pertinente a matéria pelas cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com início da entrega do item aditado no dia 20/05/2020.

2 - CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O valor total do contrato é de R\$ R\$ 1.630.596,50 (um milhão, seiscentos e trinta mil quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos), distribuídos conforme a tabela abaixo.

2.2 O valor mensal, em regra, será de R\$ 132.795,02 (cento e trinta e dois mil setecentos e noventa e cinco reais e dois centavos).

LOTE 01 – CAMPUS COLORADO DO OESTE / RONDÔNIA/ DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO CONTRATADO

Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quant. total	Valor Unitário mensal	V. Total Anual
01	Posto de Manutenção Conservação e Reparos Prediais – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Oficial de Manutenção Predial . CÓDIGO 339037-04	Mês	24	R\$ 6.400,69	R\$ 153.616,56

02	Posto de Auxiliar de Serviço Geral Predial – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional. CÓDIGO 339037-01	Mês	12	R\$ 4.089,81	R\$ 49.077,72
03	Posto de Jardinagem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Jardineiro. CÓDIGO 339037-01	Mês	12	R\$ 4.566,20	R\$ 54.794,40
04	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01	Mês	72	R\$ 4.046,76	R\$ 291.366,72
05	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6231-15), possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01	Mês	24	R\$ 8.273,21	R\$ 198.557,04
06	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. Cobertura nos seguintes meses e horários: Meses Julho/ Dezembro/ Janeiro. <ul style="list-style-type: none"> • Terças-feiras: das 13:00h as 17:00h • quartas-feiras a domingo: das 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00h Todos os 03 (três) feriados destes meses serão cobertos por esses postos. CÓDIGO 339037-01	Mês	09	R\$ 4.117,36	R\$ 37.056,24
08	Posto de Auxiliar Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	72	R\$ 7.883,23	R\$ 567.592,56
09	Posto de Auxiliar de Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) contendo 01 (um) profissional que trabalhará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. CÓDIGO 339037-05	Mês	36	R\$ 3.864,79	R\$ 139.132,44
10	Posto de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais de cozinha por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	12	R\$ 11.616,91	R\$ 139.402,92
TOTAL				R\$ 1.630.596,50	

3- CLÁUSULA TERCEIRA - PARÁGRAFO ÚNICO - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos para a contratação do serviço objeto do presente termo de referência estão previstos no orçamento do exercício de 2020, Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 171068, Fonte 8100000000 e Natureza de Despesa 339037.

3.2 Sub elementos da despesa distribuídos conforme descritos na tabela: itens 01 e 02 Sub elemento 04; itens 03, 04, 05 e 06 Sub elemento 01; itens 08, 09 e 10 Sub elemento 05.

5- CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

5.1 O presente instrumento será publicado por extrato, no Diário Oficial, nos termos do Artigo 17 da IN/STN nº 1, de 15.1.97, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.

6- CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

6.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato ora aditado, não conflitantes com este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo, o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, Usuário Externo, em 04/03/2020, às 07:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Reitor**, em 04/03/2020, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0854883** e o código CRC **71DE5098**.

TERMO ADITIVO

Processo nº 23243.007383/2016-65

Unidade Gestora: 158341

**QUARTO TERMO ADITIVO, SUPRESSÃO
AO CONTRATO Nº 07/2017 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE
RONDÔNIA CAMPUS DE COLORADO DO
OESTE E A EMPRESA DLF ENGENHARIA
COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, Pessoa Jurídica de Direito Público vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ 10.817.343/0004-40, com sede na BR 435, antiga Rodovia 399, km 05, Zona Rural, Colorado do Oeste RO –CEP 76993-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado seu Diretor Geral Professor **MARCOS AURÉLIO ANEQUINE DE MACEDO**, inscrito no CPF nº 035.923.108-01 portador da Carteira de Identidade nº 10346506 SSP/SP, e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita CNPJ nº 03.591.509/0001-44, inscrição estadual 07.406.007/001-71 estabelecida na C-12, AE 02, 3º Andar, sala 323 ED. Conjunto Nacional, antigo cine Lara, Taguatinga Centro, Brasília DF, CEP 72.010-120, fone 61 3336 1982, 3336 4150 e-mail contato@dlfengenharia.com e dlfengenharia.documentacao@gmail.com, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, Senhor **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.779/D-DF Expedido por CREA-DF e do CPF nº 253.758.063-04, endereço C-12 AE 02 Sala 323 3º andar – ED. Conjunto Nacional, CEP 72010-120 Cidade de Brasília DF. Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº23243.007383/2016-65, Pregão 43/2016, resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Lei 123/2006, Decreto 7.746/2012, Decreto 5.450/2005, Decreto 6.204/2007, Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009, Decreto 8.538 de 6 de outubro de 2015 e legislação correlata pertinente a matéria pelas cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo tem por objeto a supressão do item 07 do contrato, trata-se do posto de Copeiragem.

2 - CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O valor total do contrato após a supressão é de R\$ R\$ 1.630.596,50 (um milhão, seiscentos e trinta mil quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos), distribuídos conforme a tabela abaixo.

2.2 O valor mensal, em regra, será de R\$ 132.795,02 (cento e trinta e dois reais e oitenta centavos e dois centavos).

LOTE 01 – CAMPUS COLORADO DO OESTE / RONDÔNIA/ DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO CONTRATADO

Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quant. total	Valor Unitário mensal	V. Total Anual

01	Posto de Manutenção Conservação e Reparos Prediais – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Oficial de Manutenção Predial . CÓDIGO 339037-04	Mês	24	R\$ 6.400,69	R\$ 153.616,56
02	Posto de Auxiliar de Serviço Geral Predial – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional. CÓDIGO 339037-01	Mês	12	R\$ 4.089,81	R\$ 49.077,72
03	Posto de Jardinagem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Jardineiro. CÓDIGO 339037-01	Mês	12	R\$ 4.566,20	R\$ 54.794,40
04	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01	Mês	72	R\$ 4.046,76	R\$ 291.366,72
05	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6231-15), possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01	Mês	24	R\$ 8.273,21	R\$ 198.557,04
06	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. Cobertura nos seguintes meses e horários: Meses Julho/ Dezembro/ Janeiro. <ul style="list-style-type: none"> • Terças-feiras: das 13:00h as 17:00h • quartas-feiras a domingo: das 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00h Todos os 03 (três) feriados destes meses serão cobertos por esses postos. CÓDIGO 339037-01	Mês	09	R\$ 4.117,36	R\$ 37.056,24
08	Posto de Auxiliar Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	72	R\$ 7.883,23	R\$ 567.592,56
09	Posto de Auxiliar de Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) contendo 01 (um) profissional que trabalhará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. CÓDIGO 339037-05	Mês	36	R\$ 3.864,79	R\$ 139.132,44
10	Posto de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais de cozinha por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	12	R\$ 11.616,91	R\$ 139.402,92
TOTAL				R\$ 1.630.596,50	

3- CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

3.1 O presente instrumento será publicado por extrato, no Diário Oficial, nos termos do Artigo 17 da IN/STN nº 1, de 15.1.97, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.

4- CLÁUSULA SÉTIMA - DA RATIFICAÇÃO

4.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato ora aditado, não conflitantes com este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo, o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aurélio Anequine de Macedo, Diretor(a) Geral**, em 07/10/2019, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ALEX SÁ SERENO, Usuário Externo**, em 10/10/2019, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0712330** e o código CRC **4D5C5C82**.

TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo nº 23243.007383/2016-65

Unidade Gestora: IFRO Campus Colorado do Oeste

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 07/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS DE COLORADO DO OESTE E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, Pessoa Jurídica de Direito Público vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ 10.817.343/0004-40, com sede na BR 435, antiga Rodovia 399, km 05, Zona Rural, Colorado do Oeste RO – CEP 76993-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, **MARCOS AURÉLIO ANEQUINE DE MACEDO**, C.P.F. nº 035.923.108-01, portadora da Carteira de Identidade nº 10346506 SSP/SP, portaria de designação nº 536 18 de maio de 2019, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita CNPJ nº 03.591.509/0001-44, inscrição estadual 07.406.007/001-71 estabelecida na C-12, AE 02, 3º Andar, sala 323 ED. Conjunto Nacional, antigo cine Lara, Taguatinga Centro, Brasília DF, CEP 72.010-120, fone 61 3336 1982, 3336 4150 e-mail contato@dlfengenharia.com doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, Senhor **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.779/D-DF Expedido por CREA-DF e do CPF nº 253.758.063-04, endereço C-12 AE 02 Sala 323 3º andar – ED. Conjunto Nacional, CEP 72010-120 Cidade de Brasília DF. Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 23243.007383/2016-65 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Lei 123/2006, Decreto 7.746/2012, Decreto 5.450/2005, Decreto 6.204/2007, **Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009**, Decreto 8.538 de 6 de outubro de 2015 e legislação correlata pertinente a matéria pelas cláusulas e condições seguintes: em Colorado do Oeste RO, resolvem celebrar o presente contrato, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo 23243.007800/2016-70 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação correlata ao pregão pertinente a matéria, bem como subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações, e também pelas cláusulas e condições seguintes:

1- CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1- O presente termo de apostilamento é referente à Repactuação de preços com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2019 - Registro no MTE RO000070/2019, para assim, manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato.
- 1.2- O presente apostilamento terá efeito retroativo à data de 01/01/2019, bem como validade futura até a próxima convenção coletiva, bem como a vigência contratual.

2- CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

- 2.1- O Valor global do contrato, para o período de 12 meses, passa a ser de R\$ **1.675.475,50** (um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).
- 2.2- O valor mensal, em regra, será de R\$ R\$ 136.534,94 (cento e trinta e seis mil quinhentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos).
- 2.3- Será paga, como retroativo, referente ao período de 01/01/2019 a 30/06/2018, diferença sobre o resultado da nova convenção, no valor de R\$ 33.682,65 (trinta e três mil, seiscentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).

DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO CONTRATADO

Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quant. total	Valor Unitário mensal	V. Total Anual
01	Posto de Manutenção Conservação e Reparos Prediais – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Oficial de	Mês	24	R\$ 6.400,69	R\$ 153.616,56

Manutenção Predial. CÓDIGO 339037-04					
02	Posto de Auxiliar de Serviço Geral Predial – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional. CÓDIGO 339037-01	Mês	12	R\$ 4.089,81	R\$ 49.077,72
03	Posto de Jardinagem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Jardineiro. CÓDIGO 339037-01	Mês	12	R\$ 4.566,20	R\$ 54.794,40
04	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01	Mês	72	R\$ 4.046,76	R\$ 291.366,72
05	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6231-15), possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01	Mês	24	R\$ 8.273,21	R\$ 198.557,04
06	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. Cobertura nos seguintes meses e horários: Meses Julho/ Dezembro/ Janeiro. <ul style="list-style-type: none"> • Terças-feiras: das 13:00h as 17:00h • quartas-feiras a domingo: das 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00h Todos os 03 (três) feriados destes meses serão cobertos por esses postos. CÓDIGO 339037-01	Mês	09	R\$ 4.117,36	R\$ 37.056,24
07	Posto de Copeiragem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Copeiro. CÓDIGO 339037-05	Mês	12	R\$ 3.739,92	R\$ 44.879,04
08	Posto de Auxiliar Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	72	R\$ 7.883,23	R\$ 567.592,56
09	Posto de Auxiliar de Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) contendo 01 (um) profissional que trabalhará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. CÓDIGO 339037-05	Mês	36	R\$ 3.864,79	R\$ 139.132,44
10	Posto de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais de cozinha por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	12	R\$ 11.616,91	R\$ 139.402,92
TOTAL				R\$ 1.675.475,50	

3-CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos para a contratação do serviço objeto do presente termo de referência estão previstos no orçamento do exercício de 2019, Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 108894, Fonte 0112000000 e Natureza de Despesa 339037.

3.2 Sub elementos da despesa distribuídos conforme abaixo: itens 01 e 02 Sub elemento 04; itens 03, 04, 05 e 06 Sub elemento 01; itens 07, 08, 09 e 10 Sub elemento 05.

4- CLAUSULA QUARTA- DA GARANTIA

4.1 A Contratada deverá no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do termo ofertar o reforço/renovação da garantia.

5- CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

5.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato ora aditado, não conflitantes com este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo, o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.

Colorado do Oeste-RO., 06 de junho de 2019.

Contratada: **CONTRATADO:**
Empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**
Neste ato representado pelo Senhor MARCOS ALEX DE SÁ SERENO
Cpf: 253.758.063-04



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aurélio Anequine de Macedo, Diretor(a) Geral**, em 07/06/2019, às 07:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ALEX SÁ SERENO, Usuário Externo**, em 07/06/2019, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0583640** e o código CRC **CE1BB11A**.

TERMO ADITIVO

Processo nº 23243.007383/2016-65

Unidade Gestora: 158341

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS DE COLORADO DO OESTE E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, Pessoa Jurídica de Direito Público vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ 10.817.343/0004-40, com sede na BR 435, antiga Rodovia 399, km 05, Zona Rural, Colorado do Oeste RO –CEP 76993-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado seu Diretor Geral Professor **MARCOS AURÉLIO ANEQUINE DE MACEDO**, inscrito no CPF nº 035.923.108-01 portador da Carteira de Identidade nº 10346506 SSP/SP, e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita CNPJ nº 03.591.509/0001-44, inscrição estadual 07.406.007/001-71 estabelecida na C-12, AE 02, 3º Andar, sala 323 ED. Conjunto Nacional, antigo cine Lara, Taguatinga Centro, Brasília DF, CEP 72.010-120, fone 61 3336 1982, 3336 4150 e-mail contato@dlfengenharia.com e dlfengenharia.documentacao@gmail.com, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, Senhor **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.779/D-DF Expedido por CREA-DF e do CPF nº 253.758.063-04, endereço C-12 AE 02 Sala 323 3º andar – ED. Conjunto Nacional, CEP 72010-120 Cidade de Brasília DF. Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº23243.007383/2016-65 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Lei 123/2006, Decreto 7.746/2012, Decreto 5.450/2005, Decreto 6.204/2007, **Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009**, Decreto 8.538 de 6 de outubro de 2015 e legislação correlata pertinente a matéria pelas cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com início da entrega do item aditado no dia 20/05/2019.

2 - CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O valor total do contrato é de R\$ R\$ 1.570.683,10 (um milhão quinhentos e setenta mil seiscentos e oitenta e três reais e dez centavos), distribuídos conforme a tabela abaixo.

2.2 O valor mensal, em regra, será de R\$ 127.966,48 (cento e vinte e sete mil novecentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

LOTE 01 – CAMPUS COLORADO DO OESTE / RONDÔNIA/ DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO CONTRATADO

Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quant. total	Valor Unitário mensal	V. Total Anual
01	Posto de Manutenção Conservação e Reparos Prediais – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Oficial de Manutenção Predial . CÓDIGO 339037-04	Mês	24	R\$ 6.009,39	R\$ 144.225,36
02	Posto de Auxiliar de Serviço Geral Predial – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional. CÓDIGO 339037-01	Mês	12	R\$ 3.860,14	R\$ 46.321,68
03	Posto de Jardinagem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Jardineiro. CÓDIGO 339037-01	Mês	12	R\$ 4.308,65	R\$ 51.703,80
04	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário	Mês	72	R\$ 3.832,72	R\$ 275.955,84

	Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01				
05	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6231-15), possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01	Mês	24	R\$7.695,46	R\$ 184.691,04
06	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. Cobertura nos seguintes meses e horários: Meses Julho/ Dezembro/ Janeiro. <ul style="list-style-type: none"> • Terças-feiras: das 13:00h as 17:00h • quartas-feiras a domingo: das 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00h Todos os 03 (três) feriados destes meses serão cobertos por esses postos. CÓDIGO 339037-01	Mês	09	R\$ 3.898,39	R\$ 35.085,51
07	Posto de Copeiragem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Copeiro. CÓDIGO 339037-05	Mês	12	R\$ 3.540,20	R\$ 42.482,40
08	Posto de Auxiliar Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	72	R\$ 7.332,33	R\$ 527.927,76
09	Posto de Auxiliar de Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) contendo 01 (um) profissional que trabalhará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. CÓDIGO 339037-05	Mês	36	R\$R\$ 3.659,55	R\$ 131.743,80
10	Posto de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais de cozinha por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	12	R\$ 10.878,84	R\$ 130.546,08
				R\$ 1.570.683,10	

3- CLÁUSULA TERCEIRA - PARÁGRAFO ÚNICO - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos para a contratação do serviço objeto do presente termo de referência estão previstos no orçamento do exercício de 2019, Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 108894, Fonte 0112000000 e Natureza de Despesa 339037.

3.2 Sub elementos da despesa distribuídos conforme descritos na tabela: itens 01 e 02 Sub elemento 04; itens 03, 04, 05 e 06 Sub elemento 01; itens 07, 08, 09 e 10 Sub elemento 05.

4- CLAUSULA QUARTA- DA GARANTIA

4.1 A Contratada deverá no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do termo ofertar o reforço/renovação da garantia.

5- CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

5.1 O presente instrumento será publicado por extrato, no Diário Oficial, nos termos do Artigo 17 da IN/STN nº 1, de 15.1.97, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.

6- CLÁUSULA SÉTIMA - DA RATIFICAÇÃO

6.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato ora aditado, não conflitantes com este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo, o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aurélio Anequine de Macedo, Diretor(a) Geral**, em 23/04/2019, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ALEX SÁ SERENO, Usuário Externo**, em 23/04/2019, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0540688** e o código CRC **EAD83F69**.

TERMO ADITIVO

Processo nº 23243.007383/2016-65

Unidade Gestora: 158341

MINUTADO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS DE COLORADO DO OESTE E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, Pessoa Jurídica de Direito Público vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ 10.817.343/0004-40, com sede na BR 435, antiga Rodovia 399, km 05, Zona Rural, Colorado do Oeste RO –CEP 76993-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado sua Diretora Geral Professora **LARISSA FERRAZ BEDÔR JARDIM**, inscrita no CPF nº695.857.764-72 portadora da Carteira de Identidade nº 4315823 SSP/PE, e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.591.509/0001-44, inscrição estadual 07.406.007/001-71 estabelecida na C-12, AE 02, 3º Andar, sala 323 ED. Conjunto Nacional, antigo cine Lara, Taguatinga Centro, Brasília DF, CEP 72.010-120, fone 61 3336 1982, 3336 4150 e-mail contato@dlfengenharia.com doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, Senhor **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.779/D-DF Expedido por CREA-DF e do CPF nº 253.758.063-04, endereço C-12 AE 02 Sala 323 3º andar – ED. Conjunto Nacional, CEP 72010-120 Cidade de Brasília DF. Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº23243.007383/2016-65 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Lei 123/2006, Decreto 7.746/2012, Decreto 5.450/2005, Decreto 6.204/2007, Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009, Decreto 8.538 de 6 de outubro de 2015 e legislação correlata pertinente a matéria pelas cláusulas e condições seguintes:

1. - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 01 posto de **Auxiliar de Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro)** contendo 01 (um) profissional que trabalhará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanal, ao item 09 do contrato.

2 - CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O valor total do contrato, após o segundo termo aditivo, passa a ser R\$ R\$ 1.570.683,10 (um milhão quinhentos e setenta mil seiscentos e oitenta e três reais e dez centavos), distribuídos conforme a tabela abaixo.

2.2 O valor mensal, em regra, será de R\$ 127.966,48 (cento e vinte e sete mil novecentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

LOTE 01 – CAMPUS COLORADO DO OESTE / RONDÔNIA/ DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO CONTRATADO

Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quant. total	Valor Unitário mensal	V. Total Anual
01	Posto de Manutenção Conservação e Reparos Prediais – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Oficial de Manutenção Predial . CÓDIGO 339037-04	Mês	24	R\$ 6.009,39	R\$ 144.225,36
02	Posto de Auxiliar de Serviço Geral Predial – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional. CÓDIGO 339037-01	Mês	12	R\$ 3.860,14	R\$ 46.321,68
03	Posto de Jardinagem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Jardineiro.	Mês	12	R\$ 4.308,65	R\$ 51.703,80

	CÓDIGO 339037-01				
04	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01	Mês	72	R\$ 3.832,72	R\$ 275.955,84
05	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6231-15), possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01	Mês	24	R\$7.695,46	R\$ 184.691,04
06	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. Cobertura nos seguintes meses e horários: Meses Julho/ Dezembro/ Janeiro. <ul style="list-style-type: none"> • Terças-feiras: das 13:00h as 17:00h • quartas-feiras a domingo: das 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00h Todos os 03 (três) feriados destes meses serão cobertos por esses postos. CÓDIGO 339037-01	Mês	09	R\$ 3.898,39	R\$ 35.085,51
07	Posto de Copeiragem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Copeiro. CÓDIGO 339037-05	Mês	12	R\$ 3.540,20	R\$ 42.482,40
08	Posto de Auxiliar Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	72	R\$ 7.332,33	R\$ 527.927,76
09	Posto de Auxiliar de Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) contendo 01 (um) profissional que trabalhará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. CÓDIGO 339037-05	Mês	36	R\$R\$ 3.659,55	R\$ 131.743,80
10	Posto de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais de cozinha por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	12	R\$ 10.878,84	R\$ 130.546,08
				R\$ 1.570.683,10	

3- CLÁUSULA TERCEIRA - PARÁGRAFO ÚNICO - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos para a contratação do serviço objeto do presente termo de referência estão previstos no orçamento do exercício de 2018, Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 108894, Fonte 0112000000 e Natureza de Despesa 339037

3.2 Sub elementos da despesa distribuídos conforme abaixo: itens 01 e 02 Sub elemento 04; itens 03, 04, 05 e 06 Sub elemento 01; itens 07, 08, 09 e 10 Sub elemento 05.

4- CLAUSULA QUARTA- DA GARANTIA

4.1 A Contratada deverá no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do termo ofertar o reforço/renovação da garantia.

5- CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

5.1 O presente instrumento será publicado por extrato, no Diário Oficial, nos termos do Artigo 17 da IN/STN nº 1, de 15.1.97, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.

6- CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 A vigência inicial é a partir da assinatura do termo e vigorará até a data presente no primeiro termo aditivo que prorrogou o contrato

6.2 o início da entrega do item aditado é a data de 14/09/2018.

7- CLÁUSULA SÉTIMA - DA RATIFICAÇÃO

7.1 ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato ora aditado, não conflitantes com este instrumento.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, Usuário Externo, em 05/09/2018, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosânia Araújo Silva Cancian**, Diretor(a) Geral Substituto(a), em 05/09/2018, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0339234** e o código CRC **87858A00**.

TERMO ADITIVO

Processo nº 23243.007383/2016-65

Unidade Gestora: 158341

MINUTADO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS DE COLORADO DO OESTE E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, Pessoa Jurídica de Direito Público vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ 10.817.343/0004-40, com sede na BR 435, antiga Rodovia 399, km 05, Zona Rural, Colorado do Oeste RO –CEP 76993-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado sua Diretora Geral Professora **LARISSA FERRAZ BEDÔR JARDIM**, inscrita no CPF nº695. 857.764-72 portadora da Carteira de Identidade nº 4315823 SSP/PE, e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita CNPJ nº 03.591.509/0001-44, inscrição estadual 07.406.007/001-71 estabelecida na C-12, AE 02, 3º Andar, sala 323 ED. Conjunto Nacional, antigo cine Lara, Taguatinga Centro, Brasília DF, CEP 72.010-120, fone 61 3336 1982, 3336 4150 e-mail contato@dlfengenharia.com doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, Senhor **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.779/D-DF Expedido por CREA-DF e do CPF nº 253.758.063-04, endereço C-12 AE 02 Sala 323 3º andar – ED. Conjunto Nacional, CEP 72010-120 Cidade de Brasília DF. Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº23243.007383/2016-65 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Lei 123/2006, Decreto 7.746/2012, Decreto 5.450/2005, Decreto 6.204/2007, Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009, Decreto 8.538 de 6 de outubro de 2015 e legislação correlata pertinente a matéria pelas cláusulas e condições seguintes:

em Colorado do Oeste RO, resolvem celebrar o presente contrato, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo 23243.007800/2016-70 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação correlata ao pregão pertinente a matéria, bem como subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações, e também pelas cláusulas e condições seguintes

1. - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 01 posto de **Auxiliar de Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro)** contendo 01 (um) profissional que trabalhará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanal, ao item 09 do contrato.

2 - CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O valor total do contrato, após o segundo termo aditivo, passa a ser R\$ 1.527.123,70 (um milhão, quinhentos e vinte e sete mil, cento e vinte e três reais e setenta centavos), distribuídos conforme a tabela abaixo.

2.2 O valor mensal, em regra, será de R\$ 124.415,35 (cento e vinte e quatro mil quatrocentos e quinze reais e trinta e cinco centavos).

LOTE 01 – CAMPUS COLORADO DO OESTE / RONDÔNIA/ DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO CONTRATADO

Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quant. total	Valor Unitário mensal	V. Total Anual
01	Posto de Manutenção Conservação e Reparos Prediais – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Oficial de Manutenção Predial . CÓDIGO 339037-04	Mês	24	R\$ 5.818,12	R\$139.634,88
02	Posto de Auxiliar de Serviço Geral Predial – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional.	Mês	12	R\$ 3.752,65	R\$ 45.031,80

	CÓDIGO 339037-01				
03	Posto de Jardinagem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Jardineiro. CÓDIGO 339037-01	Mês	12	R\$ 4.192,12	R\$ 50.305,44
04	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01	Mês	72	R\$ 3.729,96	R\$ 268.557,12
05	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6231-15), possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-01	Mês	24	R\$ 7.486,65	R\$ 179.679,60
06	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. Cobertura nos seguintes meses e horários: Meses Julho/ Dezembro/ Janeiro. <ul style="list-style-type: none"> • Terças-feiras: das 13:00h as 17:00h • quartas-feiras a domingo: das 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00h Todos os 03 (três) feriados destes meses serão cobertos por esses postos. CÓDIGO 339037-01	Mês	09	R\$ 3.793,28	R\$ 34.139,52
07	Posto de Copeiragem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Copeiro. CÓDIGO 339037-05	Mês	12	R\$ 3.442,26	R\$ 41.307,12
08	Posto de Auxiliar Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	72	R\$ 7.132,16	R\$ 513.515,52
09	Posto de Auxiliar de Serviço de Alimentação (Auxiliar de Cozinheiro) contendo 01 (um) profissional que trabalhará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. CÓDIGO 339037-05	Mês	36	R\$ 3.558,90	R\$ 128.120,40
10	Posto de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais de cozinha por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho. CÓDIGO 339037-05	Mês	12	R\$ 10.569,36	R\$ 126.832,32
				R\$ 1.527.123,70	

3.1 Os recursos para a contratação do serviço objeto do presente termo de referência estão previstos no orçamento do exercício de 2018, Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 108894, Fonte 0112000000 e Natureza de Despesa 339037

3.2 Sub elementos da despesa distribuídos conforme abaixo: itens 01 e 02 Sub elemento 04; itens 03, 04, 05 e 06 Sub elemento 01; itens 07, 08, 09 e 10 Sub elemento 05.

CLAUSULA QUARTA- DA GARANTIA

4.1 A Contratada deverá no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do termo ofertar o reforço/renovação da garantia.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

5.1 O presente instrumento será publicado por extrato, no Diário Oficial, nos termos do Artigo 17 da IN/STN nº 1, de 15.1.97, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO

6.1 ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato ora aditado, não conflitantes com este instrumento.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por Celi Divino, Coordenador(a) de Contratos e Convênios, em 17/08/2018, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0320875 e o código CRC D22BAEB5.

Termo Aditivo

Processo nº 23243.007383/2016-65

Unidade Gestora: 158341

**SEXTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 07/2017 QUE
ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO
FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS
DE COLORADO DO OESTE E A
EMPRESA DLF ENGENHARIA
COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES
LTDA.**

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, Pessoa Jurídica de Direito Público vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ 10.817.343/0004-40, com sede na BR 435, antiga Rodovia 399, km 05, Zona Rural, Colorado do Oeste RO –CEP 76993-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado seu Diretor Geral Professor **MARCOS AURÉLIO ANEQUINE DE MACEDO**, inscrito no CPF nº 035.923.108-01 portador da Carteira de Identidade nº 10346506 SSP/SP, e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita CNPJ nº 03.591.509/0001-44, inscrição estadual 07.406.007/001-71 estabelecida na C-12, AE 02, 3º Andar, sala 323 ED. Conjunto Nacional, antigo cine Lara, Taguatinga Centro, Brasília DF, CEP 72.010-120, fone 61 3336 1982, 3336 4150 e-mail contato@dlfengenharia.com e dlfengenharia.documentacao@gmail.com, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, Senhor **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.779/D-DF Expedido por CREA-DF e do CPF nº 253.758.063-04, endereço C-12 AE 02 Sala 323 3º andar – ED. Conjunto Nacional, CEP 72010-120 Cidade de Brasília DF. Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº23243.007383/2016-65 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Lei 123/2006, Decreto 7.746/2012, Decreto 5.450/2005, Decreto 6.204/2007, [Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009](#), Decreto 8.538 de 6 de outubro de 2015 e legislação correlata pertinente a matéria pelas cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual por mais 07 (sete) meses, com início da entrega do item aditado no dia 20/05/2021 e término em 20/12/2021.

1.2 Temo como objeto, também, a repactuação de preços oriundo do aumento do salário mínimo que impactou o adicional de insalubridade.

1.3 A Repactuação sobre a insalubridade será retroativa a janeiro de 2021, época do aumento do salário mínimo.

2 - CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O valor total do contrato é de R\$ 644.368,75 (seiscentos e quarenta e quatro mil trezentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos)), distribuídos conforme a tabela abaixo.

2.2 O valor mensal, em regra, será de R\$ 89.174,90 (oitenta e nove mil cento e setenta e quatro reais e noventa centavos)

2.3 será pago o retroativo de janeiro a abril, no valor de R\$ 2.914,20 (dois mil novecentos e quatorze reais e vinte centavos).

LOTE 01 – CAMPUS COLORADO DO OESTE / RONDÔNIA/ DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO CONTRATADO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
1	Posto de Manutenção Conservação e Reparos Prediais – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Oficial de Manutenção Predial	mês	14	6.649,21	93.088,94
2	Posto de Auxiliar de Serviço Geral Predial – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional	mês	07	4.293,37	30.053,59
3	Posto de Jardinagem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Jardineiro	mês	07	4.783,04	33.481,28
4	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho	mês	42	4.243,75	178.237,50
5	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6231-15), possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho	mês	14	8.164,56	114.303,84
6	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. Cobertura nos seguintes meses e horários: Meses Julho/ Dezembro/ Janeiro. <ul style="list-style-type: none">• Terças-feiras: das 13:00h as 17:00h• quartas-feiras a domingo: das 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00h	mês	5	4.028,89	20.144,45

	Todos os feriados nestes meses serão cobertos por esses postos				
7	Posto de Copeiragem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Copeiro (CARGO SUPRIMIDO)	mês	0	3.929,58	0,00
8	Posto de Auxiliar de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho	mês	14	7.522,65	105.316,68 105.317,10
9	Posto de Auxiliar de Cozinheiro possuindo 01 (um) profissional por posto, que trabalhará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais	mês	07	4.050,46	28.353,22
10	Posto de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais de cozinha por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho	mês	3,5	11.825,38	41.388,83
				TOTAL DO CONTRATO 07 MESES	R\$ 644.368,75

3- CLÁUSULA TERCEIRA - PARÁGRAFO ÚNICO - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos para a contratação do serviço objeto do presente termo de referência estão previstos no orçamento do exercício de 2020, Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 171068, Fonte 8100000000 e Natureza de Despesa 339037.

3.2 Sub elementos da despesa distribuídos conforme descritos na tabela: itens 01 e 02 Sub elemento 04; itens 03, 04, 05 e 06 Sub elemento 01; itens 08, 09 e 10 Sub elemento 05.

5- CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

5.1 O presente instrumento será publicado por extrato, no Diário Oficial, nos termos do Artigo 17 da IN/STN nº 1, de 15.1.97, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.

6- CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

6.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato ora aditado, não conflitantes com este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo, o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aurélio Anequine de Macedo, Diretor(a) Geral**, em 11/05/2021, às 18:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ALEX SÁ SERENO, Usuário Externo**, em 12/05/2021, às 08:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1254791** e o código CRC **85DA34FF**.

TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo nº 23243.007383/2016-65

Unidade Gestora: IFRO *Campus* Colorado do Oeste

SÉTIMO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 07/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS DE COLORADO DO OESTE E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, Pessoa Jurídica de Direito Público vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ 10.817.343/0004-40, com sede na BR 435, antiga Rodovia 399, km 05, Zona Rural, Colorado do Oeste RO –CEP 76993-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral Substituto **JOÃO GOUVEIA COELHO**, C.P.F. nº 680.652.212-20, portador da Carteira de Identidade nº 705822 SSP/RO, portaria de designação nº 401, 28 de maio de 2019, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita CNPJ nº 03.591.509/0001-44, inscrição estadual 07.406.007/001-71 estabelecida na C-12, AE 02, 3º Andar, sala 323 ED. Conjunto Nacional, antigo cine Lara, Taguatinga Centro, Brasília DF, CEP 72.010-120, fone 61 3336 1982, 3336 4150 e-mail contato@dlfengenharia.com doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, Senhor **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.779/D-DF Expedido por CREA-DF e do CPF nº 253.758.063-04, endereço C-12 AE 02 Sala 323 3º andar – ED. Conjunto Nacional, CEP 72010-120 Cidade de Brasília DF. Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº23243.007383/2016-65 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Lei 123/2006, Decreto 7.746/2012, Decreto 5.450/2005, Decreto 6.204/2007, [Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009](#), Decreto 8.538 de 6 de outubro de 2015 e legislação correlata pertinente a matéria pelas cláusulas e condições seguintes: em Colorado do Oeste RO, resolvem celebrar o presente contrato, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo 23243.007800/2016-70 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação correlata ao pregão pertinente a matéria, bem como subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações, e também pelas cláusulas e condições seguintes:

1- CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O presente termo de apostilamento é referente à Repactuação de preços com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020 - Registro no MTE : RO000066/2020, para assim, manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

1.2- O presente apostilamento terá efeito retroativo à data de 01/01/2020, bem como validade futura até a próxima convenção coletiva, e ainda, a vigência contratual.

2- CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1- O Valor global do contrato, para o período de 12 meses, passa a ser de R\$ 1.628.950,50 (um milhão, seiscentos e vinte e oito mil novecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).

2.2- O valor mensal, em regra, será de R\$ 132.740,10 (cento e trinta e dois mil setecentos e quarenta reais e dez centavos)

2.3- Será paga, como retroativo, referente ao período de 01/01/2020 a 30/06/2020, diferença sobre o resultado da nova convenção, no valor de R\$ 38.175,72 (trinta e oito mil cento e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos).

2.4 Em relação ao valor da medição mês a mês, remete ao Quinto termo apostilamento SEI (0912716), especificamente ao que está apontado na cláusula primeira que trata sobre suspensão parcial e temporária de postos de mão de obra. O Quinto termo apostilamento traz um situação excepcional, temporária e condicionante sobre o valor mensal da fatura.

DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO CONTRATADO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)

1	Posto de Manutenção Conservação e Reparos Prediais – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Oficial de Manutenção Predial	mês	24	6.682,57	160.381,58
2	Posto de Auxiliar de Serviço Geral Predial – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional	mês	12	4.272,59	51.271,07
3	Posto de Jardinagem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Jardineiro	mês	12	4.764,20	57.170,35
4	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho	mês	72	4.221,54	303.951,05
5	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6231-15), possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho	mês	24	8.122,07	194.929,72
6	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. Cobertura nos seguintes meses e horários: Meses Julho/ Dezembro/ Janeiro. <ul style="list-style-type: none"> • Terças-feiras: das 13:00h as 17:00h • quartas-feiras a domingo: das 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00h Todos os feriados nestes meses serão cobertos por esses postos	mês	9	4.007,70	36.069,27
7	Posto de Copeiragem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Copeiro (CARGO SUPRIMIDO)	mês	12	3.906,58	0,00
8	Posto de Auxiliar de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho	mês	72	7.480,04	538.562,90
9	Posto de Auxiliar de Cozinheiro possuindo 01 (um) profissional por posto, que trabalhará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais	mês	36	4.026,88	144.967,74
10	Posto de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais de cozinha por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho	mês	12	11.803,91	141.646,98
				TOTAL ANUAL	1.628.950,50

3-CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos para a contratação do serviço objeto do presente termo de referência estão previstos no orçamento do exercício de 2019, Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 108894, Fonte 0112000000 e Natureza de Despesa 339037.

3.2 Sub elementos da despesa distribuídos conforme abaixo: itens 01 e 02 Sub elemento 04; itens 03, 04, 05 e 06 Sub elemento 01; itens 07, 08, 09 e 10 Sub elemento 05.

4- CLAUSULA QUARTA- DA GARANTIA

4.1 A Contratada deverá no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do termo ofertar o reforço/renovação da garantia.

5- CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

5.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato ora aditado, não conflitantes com este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo, o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.

Colorado do Oeste-RO., 22 de julho de 2020.

Contratante: **INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA-IFRO**
Diretor-Geral Substituto **JOÃO GOUVEIA COELHO**
C.P.F. nº 680.652.212-20

Contratada: **CONTRATADO:**
Empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**
Neste ato representado pelo Senhor **MARCOS ALEX DE SÁ SERENO**
Cpf: 253.758.063-04



Documento assinado eletronicamente por **João Gouveia Coelho, Diretor(a) Geral Substituto(a)**, em 22/07/2020, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ALEX SÁ SERENO, Usuário Externo**, em 22/07/2020, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0968932** e o código CRC **72147A3E**.

TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo nº 23243.007383/2016-65

Unidade Gestora: IFRO *Campus* Colorado do Oeste

OITAVO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 07/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS DE COLORADO DO OESTE E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, Pessoa Jurídica de Direito Público vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ 10.817.343/0004-40, com sede na BR 435, antiga Rodovia 399, km 05, Zona Rural, Colorado do Oeste RO –CEP 76993-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu pelo Professor **MARCOS AURÉLIO ANEQUINE DE MACEDO**, inscrito(a) no CPF nº 035.923.108-01 portadora da Carteira de Identidade nº 103.465.06 SSP/SP, portaria de designação nº 536, 18 de maio de 2019, e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita CNPJ nº 03.591.509/0001-44, inscrição estadual 07.406.007/001-71 estabelecida na C-12, AE 02, 3º Andar, sala 323 ED. Conjunto Nacional, antigo cine Lara, Taguatinga Centro, Brasília DF, CEP 72.010-120, fone 61 3336 1982, 3336 4150 e-mail contato@dlfengenharia.com doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, Senhor **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.779/D-DF Expedido por CREA-DF e do CPF nº 253.758.063-04, endereço C-12 AE 02 Sala 323 3º andar – ED. Conjunto Nacional, CEP 72010-120 Cidade de Brasília DF. Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº23243.007383/2016-65 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Lei 123/2006, Decreto 7.746/2012, Decreto 5.450/2005, Decreto 6.204/2007, [Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009](#), Decreto 8.538 de 6 de outubro de 2015 e legislação correlata pertinente a matéria pelas cláusulas e condições seguintes: em Colorado do Oeste RO, resolvem celebrar o presente contrato, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo 23243.007800/2016-70 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação correlata ao pregão pertinente a matéria, bem como subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações, e também pelas cláusulas e condições seguintes:

1- CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo tem por objeto a adequação das planilhas de custos do contrato, bem como o valor do pagamento mensal por causa da vigência da Lei 13932/19, de 11 de dezembro de 2019 a qual mudou a multa rescisória sobre o FGTS de 50% para 40%.

2- CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 O Valor mensal da fatura, em regra, com o advento da Lei 13932/19, será de R\$ 92.445,79 (noventa e dois mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e nove centavos). Isso com uma unidade do posto 06.

2.2 Considerando que a vigência da lei é a partir de 01 de janeiro de 2019, foi calculado o valor retroativo de R\$ 5.368,47 (cinco mil trezentos e sessenta e oito reais e quarenta e sete centavos) . Esse valor será descontado (glosado) na fatura referente à medição do mês de dezembro de 2020.

DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO CONTRATADO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

				MENSAL (R\$)	ANUAL (R\$)
1	Posto de Manutenção Conservação e Reparos Prediais – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Oficial de Manutenção Predial	mês	24	6.649,21	159.581,04
2	Posto de Auxiliar de Serviço Geral Predial – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional	mês	12	4.252,55	51.030,60
3	Posto de Jardinagem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Jardineiro	mês	12	4.742,15	56.905,80
4	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho	mês	72	4.202,59	302.586,48
5	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6231-15), possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho	mês	24	8.085,83	194.059,92
6	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho. Cobertura nos seguintes meses e horários: Meses Julho/ Dezembro/ Janeiro. <ul style="list-style-type: none"> • Terças-feiras: das 13:00h as 17:00h • quartas-feiras a domingo: das 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00h Todos os feriados nestes meses serão cobertos por esses postos	mês	9	3.989,61	35.906,49
8	Posto de Auxiliar de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho	mês	24	7.446,62	178.718,88
9	Posto de Auxiliar de Cozinheiro possuindo 01 (um) profissional por posto, que trabalhará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais	mês	12	4.008,53	48.102,36
10	Posto de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais de cozinha por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho	mês	06	11.748,18	70.489,08
				TOTAL ANUAL	R\$ 1.097.380,50

3- CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato ora aditado, não conflitantes com este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo, o presente Termo Apostilamento é assinado eletronicamente pelas partes.

Contratada: **CONTRATADO:**
Empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**
Neste ato representado pelo Senhor **MARCOS ALEX DE SÁ SERENO**
Cpf: 253.758.063-04



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aurélio Anequine de Macedo, Diretor(a) Geral**, em 21/12/2020, às 05:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ALEX SÁ SERENO, Usuário Externo**, em 21/12/2020, às 07:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1123841** e o código CRC **E2BB09A5**.

TERMO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO SEI Nº 23243.007383/2016-65

DOCUMENTO SEI Nº 1291848

Unidade Gestora: IFRO *Campus* Colorado do Oeste

**NONO TERMO DE
APOSTILAMENTO AO CONTRATO
Nº 07/2017 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL
DE RONDÔNIA CAMPUS DE
COLORADO DO OESTE E A
EMPRESA DLF ENGENHARIA
COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES
LTDA.**

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, Pessoa Jurídica de Direito Público vinculada ao Ministério da Educação, Inscrita no CNPJ 10.817.343/0004-40, com sede na BR 435, antiga Rodovia 399, km 05, Zona Rural, Colorado do Oeste RO –CEP 76993-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu pelo Professor **MARCOS AURÉLIO ANEQUINE DE MACEDO**, inscrito(a) no CPF nº 035.923.108-01 portadora da Carteira de Identidade nº 103.465.06 SSP/SP, portaria de designação nº 536, 18 de maio de 2019, e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita CNPJ n.º 03.591.509/0001-44, inscrição estadual 07.406.007/001-71 estabelecida na C-12, AE 02, 3º Andar, sala 323 ED. Conjunto Nacional, antigo cine Lara, Taguatinga Centro, Brasília DF, CEP 72.010-120, fone 61 3336 1982, 3336 4150 e-mail contato@dlfengenharia.com doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, Senhor **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.779/D-DF Expedido por CREA-DF e do CPF nº 253.758.063-04, endereço C-12 AE 02 Sala 323 3º andar – ED. Conjunto Nacional, CEP 72010-120 Cidade de Brasília DF. Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº23243.007383/2016-65 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Lei 123/2006, Decreto 7.746/2012, Decreto 5.450/2005, Decreto 6.204/2007, [Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009](#), Decreto 8.538 de 6 de outubro de 2015 e legislação correlata pertinente a matéria pelas cláusulas e condições seguintes: em Colorado do Oeste RO, resolvem celebrar o presente contrato, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo 23243.007800/2016-70 resolvem celebrar o presente Contrato que será regido pela legislação correlata ao pregão pertinente a matéria, bem como subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações, e também pelas cláusulas e condições seguintes:

1- CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O presente termo de apostilamento é referente à Repactuação de preços com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2021 - Registro no MTE : RO000072/2021, para assim, manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

1.2- O presente apostilamento terá efeito retroativo à data de 01/01/2021, bem como validade futura até a próxima convenção coletiva, e ainda, a vigência contratual.

2- CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1- O Valor global do contrato, para o período de 12 meses, passa a ser de R\$ 1.154,921,60 (um mil cento e cinquenta e quatro reais e noventa e dois sessenta e cinquenta centavos)

2.2- O valor mensal, em regra, será de R\$ 93.093,54 (noventa e três mil noventa e três reais e cinquenta e quatro centavos)

2.3- Será paga, como retroativo, referente ao período de 01/01/2021 a 31/05/2021, diferença sobre o resultado da nova convenção, no valor de R\$ R\$ 19.764,17 (dezenove mil setecentos e sessenta e quatro reais e dezessete centavos).

DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO CONTRATADO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
1	Posto de Manutenção Conservação e Reparos Prediais – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Oficial de Manutenção Predial	mês	24	6.992,79	167.826,96
2	Posto de Auxiliar de Serviço Geral Predial – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional	mês	12	4.481,99	53.783,88
3	Posto de Jardinagem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Jardineiro	mês	12	4.989,20	59.870,40
4	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho	mês	72	4.422,96	318.453,12
5	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6231-15), possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho	mês	24	8.507,37	204.176,88
6	Posto de Auxiliar de Serviços Rurais - Trabalhador Rural Agropecuário em geral e de Apoio a Agricultura - Operário Rural (CBO 6210, 6220) – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo 01 (um) Profissional Trabalhadores Agropecuários em Geral e de apoio a Agricultura - Operário Rural por posto de trabalho.	mês	9	4.199,91	37.799,19

	<p>Cobertura nos seguintes meses e horários: Meses Julho/ Dezembro/ Janeiro.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Terças-feiras: das 13:00h as 17:00h • quartas-feiras a domingo: das 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00h <p>Todos os feriados nestes meses serão cobertos por esses postos</p>				
7	Posto de Copeiragem – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) Profissional Copeiro (CARGO SUPRIMIDO)	mês	0	0,00	0,00
8	Posto de Auxiliar de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho	mês	24	7.838,60	188.126,40
9	Posto de Auxiliar de Cozinheiro possuindo 01 (um) profissional por posto, que trabalhará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais	mês	12	4.224,72	50.696,64
10	Posto de Cozinheiro possuindo 02 (dois) profissionais de cozinha por posto, que trabalharão em escala de revezamento 12 horas por 36 horas, um por dia no posto de trabalho	mês	6	12.364,70	74.188,20
				TOTAL ANUAL	1.154.921,60

3- CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato ora aditado, não conflitantes com este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo, o presente Termo Apostilamento é assinado eletronicamente pelas partes.

Contratante: **INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA-IFRO**
Diretor-Geral Substituto **JOÃO GOUVEIA COELHO**
C.P.F. nº 680.652.212-20

Contratada: **CONTRATADO:**
Empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**
Neste ato representado pelo Senhor **MARCOS ALEX DE SÁ SERENO**
Cpf: 253.758.063-04



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aurélio Anequine de Macedo, Diretor(a) Geral**, em 22/06/2021, às 20:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ALEX SÁ SERENO, Usuário Externo**, em 23/06/2021, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1291848** e o código CRC **78C85790**.